

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

JULIANA SILVA MATIAS

**FEMINISMO E INTERSECCIONALIDADE A PARTIR DA ANÁLISE DE
CONTEÚDO DO BOLETIM CHANACOMCHANA**

São Paulo
2024

JULIANA SILVA MATIAS

**FEMINISMO E INTERSECCIONALIDADE A PARTIR DA ANÁLISE DE
CONTEÚDO DO BOLETIM CHANACOMCHANA**

Trabalho de Conclusão de Curso de
graduação em jornalismo apresentado ao
Departamento de Jornalismo e Editoração
da Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof. Dra. Mônica de Fátima
Rodrigues Nunes Vieira
Co-orientadora: Prof. Dra. Cláudia Lago

São Paulo
2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Matias, Juliana Silva
Feminismos e interseccionalidade a partir da análise
de conteúdo do Boletim ChanacomChana / Juliana Silva
Matias; orientadora, Mônica de Fátima Rodrigues Nunes
Vieira; coorientadora, Cláudia Lago. - São Paulo, 2024.
57 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Jornalismo e Editoração / Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Boletim ChanacomChana. 2. Lesbianidade. 3.
Feminismos. 4. Movimento LGBT+. 5. Jornalismo. I. de
Fátima Rodrigues Nunes Vieira, Mônica . II. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

MATIAS, Juliana Silva. Feminismos e interseccionalidade a partir da análise de conteúdo do Boletim ChanacomChana.

Aprovada em: ___/___/___

Banca:

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha mãe que se sentou ao meu lado e me ensinou a gostar de ler “A casa sonolenta”, “Bel e Berta e o aniversário”, “O ônibus mágico” e tantas outras histórias. Agradeço ao meu pai que me ensinou a aprender, que sempre teve paciência para encorajar minha curiosidade e minha sede de conhecimento, seja ela relacionada ao processo de rebocar uma parede ou às movimentações necessárias para produzir um assobio. Também sou grata à minha irmã por dividir comigo as Pollys, as roupas, o quarto, os shows, as vivências, os medos, as frustrações, os janeiros, a vida. Obrigada Zilda, Sebastião, Teresinha, Walter, Cármem, Robson, Viviane e todos os meus familiares por cuidarem de mim e estarem presentes na minha vida em qualquer ocasião, para tudo o que for necessário.

Também agradeço a todos os meus amigos que um dia me convenceram de que o sonho de cursar esta Universidade poderia se tornar realidade e que se fizeram presentes na jornada até o ingresso. Sou grata especialmente à Marcelle que viveu comigo todo esse percurso: o vestibular, os primeiros banhos gelados em São Paulo, as frustrações trazidas pela pandemia de Covid-19, a alegria do retorno ao campus, as caronas duvidosas, as reclamações sobre o dia a dia, o último dia de aula e, agora, o dia de deixar esta etapa para trás.

Sou extremamente grata e realizada pelas amizades que fiz durante esses anos de estudo e tenho certeza que, sem essas companhias, esses conselhos, piadas, conversas, discussões, videochamadas, bandecos, festas, caronas, estes anos teriam sido extremamente espinhosos. Obrigada por correrem ao meu lado nos dias de cão e também quando eles terminaram.

Sem os momentos de distração, o espaço de conexão, acolhimento e identificação causados pelas amizades que fiz na @cheer.eca, os anos de graduação e a ECA-USP não teriam o mesmo brilho que só uma boa dose de endorfina é capaz de proporcionar. Obrigada Goldens por cada pisão na cara, por cada roxo no braço, por cada noite mal dormida no pré-competição, por cada comemoração ao realizar um

movimento novo, por cada apoio na reversão. Cada 5,6,7,8 trouxe mais sentido para meus anos aurroxos e para minha vida.

Gostaria de agradecer à minha psicóloga, Rosangela, por me mostrar que eu era capaz de trilhar essa jornada, por me compreender mesmo nos momentos em que até mesmo falar era difícil demais, por me fazer enxergar crenças limitantes quando era necessário, por se emocionar comigo e pelo imenso carinho. Obrigada por respeitar o meu processo de autodescoberta e autoaceitação enquanto uma mulher lésbica. Era inimaginável para a Juliana de três anos atrás escrever e defender publicamente um trabalho sobre lesbianidade e, hoje, isso só é possível devido à sua enorme participação nesse processo.

Agradeço à professora Dra. Mônica de Fátima Rodrigues Nunes Vieira pela orientação neste trabalho e em diversos outros desenvolvidos desde os primeiros anos da graduação, pelos ensinamentos e pela paciência. Também sou grata pela orientação da professora Dra. Cláudia Lago, por acolher e incentivar o desenvolvimento deste trabalho.

Obrigada Luisa pelo incentivo, pela escuta, pelo acolhimento, por acreditar em mim mais do que eu mesma, pela companhia sempre divertida, carinhosa, amorosa, tranquilizadora e por me permitir te amar.

Ainda gostaria de agradecer todas aquelas que lutaram por direitos e construíram um mundo em que fosse possível existir, ler, pesquisar e publicar enquanto mulher lésbica.

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise de conteúdo do boletim ChanacomChana, publicado entre 1982 e 1987, por mulheres lésbicas que militavam em movimentos feministas e LGBTQIAPN+. O objetivo do estudo é compreender quais espaços o boletim ocupa na imprensa feminista e LGBTQIAPN+, de que maneira ele se relaciona com a reconstrução dos discursos midiáticos e com a superação de dinâmicas de opressão; e como o ChanacomChana se conecta com a perspectiva da interseccionalidade dentro dos feminismos a partir de uma análise jornalística. Foram analisados e classificados 50 textos de 12 edições da publicação, o que corresponde a 75% do conteúdo total. Como resultado, foi possível observar que o boletim, por meio da contrainformação e da denúncia, propõe uma reflexão sobre as estruturas sociais e a reconfiguração delas, para que elas sejam menos opressivas.

Palavras-chave: ChanacomChana, feminismo, LGBTQIAPN+, lesbianidade, imprensa

ABSTRACT

The present work analyzes the content of ChanacomChana, a newsletter published between 1982 and 1987, by a lesbian women group who acted in feminist and LGBTQIAPN+ movements. The work intends to understand which spaces the newsletter occupies in the feminist and LGBTQIAPN+ press; what are the connections between the publication, the reconstruction of media discourses and the efforts to overcome the dynamics of oppression; and how ChanacomChana connects with the perspective of intersectionality within feminisms from a journalistic analysis. 50 texts from 12 editions of the publication were analyzed and classified, which corresponds to 75% of the total content. As a result, it was possible to observe that the newsletter, through counterinformation and denunciation, proposes a reflection about social structures and their reconfiguration to make them less oppressive.

Keywords: ChanacomChana, feminism, LGBT+, press, lesbianity

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. O CHANACOMCHANA E A RELAÇÃO COM O MOVIMENTO FEMINISTA E LGBTQIAPN+.....	13
1.1 A imprensa feminista.....	13
1.2 A imprensa LGBTQIAPN+.....	17
1.3 O Grupo Ação Lésbica Feminista.....	21
1.4 O Boletim ChanacomChana.....	24
2. METODOLOGIA.....	31
3. CHANACOMCHANA: As categorias.....	34
3.1 Categorização.....	36
3.1.1 Contrainformação sobre patriarcado.....	36
3.1.2 Lesbianidade.....	38
3.1.3 Saúde.....	40
3.1.4 Política.....	43
3.1.5 Saúde mental e preconceito.....	45
3.1.6 Luta de classes.....	47
3.2 ChanacomChana e jornalismo emancipatório dentro do movimento feminista e LGBTQIAPN+.....	49
CONCLUSÕES.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

INTRODUÇÃO

O Boletim ChanacomChana foi uma publicação editada pelo Grupo de Ação Lésbicas-Feminista (GALF) entre os anos de 1981 e 1987. Além da edição do boletim, o GALF atuava no movimento feminista e no movimento LGBTQIAPN+ brasileiros.

O ChanacomChana passou a ser publicado a partir da necessidade, observada dentro do movimento feminista, de se criar um discurso próprio, diferente do que era difundido pela mídia hegemônica. Era preciso recriar a identidade social da mulher e a publicação fazia isso por meio de discursos de contrainformação.

O boletim abordava temas como o debate da Constituinte, a Aids no Brasil, a saúde mental de mulheres LGBTQIAPN+, os feminismos, entre outros assuntos, relacionando esses temas com as vivências e realidades de diversos grupos considerados socialmente como minorias.

Durante algum tempo, o ChanacomChana foi vendido no Ferro's Bar, estabelecimento no centro de São Paulo que era frequentado, majoritariamente, por mulheres lésbicas. Em 1983, os donos do bar tentaram proibir a venda do boletim no local. Com isso, o GALF organizou uma invasão ao bar e leram um manifesto contra a censura e o preconceito contra mulheres lésbicas.

O manifesto pedia que a venda do boletim fosse permitida e que as mulheres lésbicas fossem respeitadas. A invasão, que aconteceu no dia 19 de agosto de 1983, ficou conhecida como o "Stonewall brasileiro" e, posteriormente, o dia 19 de agosto foi declarado como dia do orgulho lésbico. Ao entender o boletim como objeto catalisador de um marco para a luta das mulheres lésbicas, comprehende-se a relevância da pesquisa.

Apesar de representar um marco na luta LGBTQIAPN+, o conteúdo jornalístico do boletim ainda é pouco estudado no Brasil e, quando isso ocorre, é em conjunto com a análise de outras publicações, como por exemplo, de jornais voltados para homens gays; que, em temática e conteúdo, pouco se aproximam do ChanacomChana, e que circularam em períodos e contextos diferentes.

Uma pesquisa realizada em 2021, por Eder Eddine e outros pesquisadores, mostrou que, ao buscar os termos “Chana com Chana” ou “ChanacomChana” nas plataformas Scielo, periódicos Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontrados somente dois artigos (2021, p. 7 e 8).

Já foram publicados trabalhos sobre o ChanacomChana no campo da história, da sociologia e do jornalismo. Porém, no campo das comunicações, o boletim é normalmente estudado em conjunto com outros jornais ou como um objeto para entender a imprensa lésbica ou a imprensa feminista, de modo geral. Assim, pelo ineditismo, é importante analisar a publicação no campo jornalístico e de maneira individual.

A escassez de estudos sobre o ChanacomChana no campo do conhecimento jornalístico pode ter relação com uma ausência das reflexões sobre os estudos de gênero no campo jornalístico (Martinez; Lago; Lago, 2016, p. 2 e 3). Mesmo quando trabalhadas as questões de gênero nas pesquisas jornalísticas, poucas vezes elas abordam as perspectivas da interseccionalidade de raça, sexualidade, classe, entre outros (Lago, 2018, p. 3).

Dessa forma, este trabalho pretende, por meio da análise de conteúdo compreender quais espaços o boletim ocupa na imprensa feminista e LGBTQIAPN+, de que maneira ele se relaciona com a reconstrução dos discursos midiáticos e com a superação de dinâmicas de opressão; e como o ChanacomChana se conecta com a perspectiva da interseccionalidade dentro dos feminismos a partir de uma análise jornalística.

Para isso, primeiramente, este trabalho busca apresentar o contexto político e social que levaram ao surgimento do GALF. É necessário compreender o que acontecia nos movimentos feministas na segunda metade da década de 1970 e na década de 1980 e quais posições o grupo ocupava nesses acontecimentos. É importante perceber como o movimento feminista era visto politicamente na época, como as mulheres lésbicas agiam dentro desse movimento, entre diversos outros aspectos.

Também é preciso contextualizar a imprensa exercida no país na década de 1980, tanto pelos grupos hegemônicos, mas, principalmente, pelas feministas, que utilizavam os jornais e boletins para denunciar a opressão e engajar as mulheres na militância.

Na sequência, apresentamos como o movimento LGBTQIAPN+ estava se posicionado politicamente na época, quais eram as principais lutas e reivindicações. É preciso compreender como o GALF surgiu dentro deste movimento e o que levou, posteriormente, à aproximação das mulheres lésbicas com as feministas e à separação com os militantes homossexuais.

Ainda será contextualizado o surgimento e o desenvolvimento da imprensa LGBTQIAPN+ e o início da imprensa lésbica no Brasil, acontecimento este que o ChanacomChana foi um dos boletins pioneiros. Relacionado a isso, também é necessária a compreensão da relevância do boletim para a imprensa e o movimento homossexual durante a década de 1980.

O trabalho ainda discute as circunstâncias em que o GALF surgiu e a maneira como o grupo atuava em intersecção com os movimentos de mulheres e de pessoas LGBTQIAPN+. A partir do entendimento sobre as principais características do grupo que editava o ChanacomChana, é realizada a apresentação das propriedades do boletim, das estruturas de organização do conteúdo, do número de edições, entre outros aspectos.

Em seguida, é demonstrada a metodologia utilizada neste trabalho, a análise de conteúdo, com as categorias para observação dos conteúdos, que são apresentadas e justificadas.

Por fim, essas categorias são esmiuçadas e os conteúdos do ChanacomChana são classificados, organizados e analisados de forma a fundamentar a interpretação final.

Espero que o presente trabalho colabore para a compreensão das relações entre o boletim e os caminhos para a produção de um jornalismo emancipatório e com o entendimento das diferentes perspectivas de interseccionalidade de gênero no campo do jornalístico.

1. O CHANACOMCHANA E A RELAÇÃO COM O MOVIMENTO FEMINISTA E LGBTQIAPN+

1.1 A imprensa feminista

Para entender o conteúdo publicado pelo Boletim ChanacomChana e os objetivos da publicação, é necessário observar o momento e o contexto histórico da imprensa feminista em que ele está inserido. Elizabeth Cardoso entende que o boletim é um dos representantes do que ela classificou como segunda geração da imprensa feminista pós-1974 (2004, p. 19).

Esta história começou muito antes, contudo. Textos com assinaturas femininas e com conteúdos que defendem a igualdade, a inclusão social e política e a justiça existem desde o surgimento da imprensa no Brasil (Cardoso, 2004, p. 40). A autora aponta que, durante o período de luta pelo sufrágio universal, o movimento pelos direitos das mulheres do país vive um ápice, com diversas publicações da época dirigidas por mulheres, reivindicando direitos, como, por exemplo, o voto. A ditadura de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945, desarticulou os grupos femininos e, após o direito ao voto ser efetivado em 1946, seguiu-se um longo período de aquiação (Cardoso, 2004, p. 41).

O endurecimento do regime militar no país, no início da década de 1970, levou a uma nova efervescência no movimento e na imprensa feminista, na última metade daquela década e na década de 1980 (Cardoso, 2004, p. 43).

No início da década de 1970, o movimento feminista brasileiro tinha características diferentes dos movimentos de outros países. A nova efervescência do feminismo no país iniciou ligada a partidos políticos na luta pela anistia e contra a ditadura militar. No exterior, as mulheres lutavam por igualdade de direitos e contra a discriminação sexual (Batista, 2020, p. 23):

O movimento feminista brasileiro inicia sua trajetória nos braços dos partidos e forças políticas de esquerda. Essa afinidade —e o hibridismo da militância— deve-se à necessidade de combater o regime militar e seus projetos, pois a prioridade do momento, e de toda sociedade, era esvaziar o regime do golpe e promover a anistia e abertura política. Nesse contexto, as mulheres que militavam pelas causas feministas eram vistas pela esquerda como uma força a mais na luta contra a ditadura, e o feminismo e sua agenda ficaram em segundo plano. (Cardoso, 2004, p. 51 e 52).

No Brasil, os feminismos, conforme Cardoso, poderiam ser divididos em quatro vertentes¹: liberal, socialista, marxista e radical. O feminismo liberal lutava por reformas que levassem à igualdade entre os sexos e representava uma visão mais conservadora, por pregar mais a emancipação do que a libertação da mulher. O feminismo socialista entendia que a sociedade capitalista explorava a mulher por meio do casamento burguês. Para o feminismo marxista, a principal exploração da mulher ocorria no contexto familiar, onde ela realiza trabalhos não remunerados e é utilizada como consumidora e objeto sexual. As feministas radicais lutam pelo fim da família biológica e a favor da pansexualidade e bissexualidade, em que a diferença principal entre os sexos não teria relevância (Cardoso, 2004, p. 49 e 50).

O feminismo que conseguiu consolidar-se de maneira mais evidente, na época, foi o liberal. Isso porque, no mesmo contexto, as mulheres começaram a participar do mercado de trabalho e novos comportamentos sociais, como a abertura sexual, estavam sendo divulgados e aceitos. Assim, o terreno era fértil para a propagação de um feminismo que pregava a luta individual das mulheres por uma vida mais digna, sem reivindicar uma mudança maior nos padrões de gênero (Cardoso, 2004, p. 45 e 47).

Além disso, Cardoso avalia que o feminismo “bom para os partidos de esquerda” era aquele que lutava contra a opressão de classes e não aquele que pregava uma revolução de gênero, porque as ideias defendidas pelas outras vertentes do feminismo iam contra os pensamentos e dogmas da Igreja Católica, que, nesse momento, era aliada na luta contra a ditadura militar (Cardoso, 2004, p. 52).

As agendas culturais progressistas dificilmente eram bem recebidas, sob a justificativa de que elas iriam dividir a unidade do movimento. Percebe-se que a categoria de “povo” não comportava as diferenças de raça, sexo ou etnia. Isso contribuiu para dificultar a formação de uma agenda identitária bem articulada naquele momento. (Batista, 2020, p. 23).

¹ Os feminismos definidos pela autora, apesar de didáticos para este trabalho, excluem a perspectiva da interseccionalidade, que entende ser necessário perceber o cruzamento de várias discriminações e opressões que incidem sobre o sujeito. Não somos somente homens ou mulheres, mas também trans ou cis; idosos, adultos ou jovens; nos encontramos em determinada classe social; entre outras tantas dimensões da diversidade. Segundo Cláudia Lago, a interseccionalidade é uma perspectiva analítica pouco aprofundada nos estudos de gênero no campo do jornalismo e as definições de feminismos de Cardoso têm essa característica (Lago, et. al, 2018, p. 3, 5 e 6).

Assim, o feminismo que se consolidou entre meados e o final da década de 1970 e que era incentivado pelos partidos políticos, é descrito por Cardoso como um feminismo que “engrossava as fileiras de reivindicação de abertura política [...] um feminismo promotor de apaziguamentos, de conciliações entre as mulheres, a sociedade e os homens (Igreja). Esse era o feminismo que podia contribuir para o crescimento democrático do Brasil, e não um feminismo que pregasse a revolução do gênero, ou outro que defendesse o aborto e as relações sexuais entre o mesmo sexo [...]” (2004, p. 58 e 59).

Acompanhando o que acontecia no movimento, a primeira geração da imprensa feminista, conforme a classificação de Cardoso, é caracterizada pelo debate entre “a questão da mulher” contra “a questão geral”; pelo feminismo liberal contra o feminismo marxista ortodoxo e pela reivindicação de ações que igualassem os direitos das mulheres aos dos homens.

Entre 1980 e 1981, alguns acontecimentos levaram à cisão do movimento feminista com os partidos políticos e, consequentemente, a uma mudança na postura editorial da imprensa feminista. Para Cardoso, os eventos principais que geraram a mudança foram o II e III Congresso da Mulher Paulista, em São Paulo, em 1980 e 1981, respectivamente (2004, p. 69).

Em 1980, as feministas se afastavam, gradualmente, da questão de classe. Elas entendiam que o II Congresso da Mulher Paulista deveria ser apartidário e focar, principalmente, na questão das mulheres. Porém, o evento, realizado no Teatro Tuca da PUC-SP, contava com a participação de cerca de quatro mil mulheres e os partidos de esquerda viam na movimentação a ocasião ideal para conquistar força política, convencendo as mulheres de que o feminismo era separativista por não pregar uma sociedade mais justa para todos, homens e mulheres.

Na ocasião, lideranças de partidos políticos, como PC, PCdoB e PMDB, usaram a agressão física na tentativa de fazer prevalecer seus ideais. O Congresso marcou o início do momento de cisão entre o feminismo e os partidos políticos (Cardoso, 2004, p. 69).

As mulheres lésbicas que viriam a publicar o ChanacomChana participaram do Congresso e, segundo Martinho, a presença delas causou “arrepios, chiliques e uma perplexidade, irritada ou divertida”, nas mulheres heterossexuais. “Reinava um clima de grande confusão graças às tentativas de manipulação das ‘bases

femininas' por parte de grupos pretensamente populares que ameaçavam, e ainda ameaçam, a autonomia do movimento" (ChanacomChana, nº 3, 1983, p. 2).

A separação definitiva entre o movimento feminista e os partidos políticos aconteceu com o III Congresso da Mulher Paulista, também realizado no Teatro Tuca. Durante a organização do evento, o grupo MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) defendeu a proibição da entrada de mulheres lésbicas no Congresso, partindo da ideia de que as lésbicas negavam a sua própria condição de mulher e, por isso, não deveriam participar de um movimento feminista. O PCdoB também marcou um outro Congresso na mesma data, na tentativa de fazer com que a dupla militância se posicionasse ao lado do partido e esvaziasse o evento feminista (Cardoso, 2004, p. 70).

O motivo principal da divisão foi, sem dúvida, a participação dos partidos políticos e a sua disputa pela hegemonia do movimento, sem respeitar a dinâmica, a organização, o funcionamento e as decisões do conjunto das mulheres. Sem considerar a autonomia do movimento, esses partidos contribuíram para que ocorresse a cisão. Mas havia também, por parte desses partidos, a não-aceitação de bandeiras específicas, como por exemplo, a que se refere ao direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo (Teles, 1983, p. 126).

A mudança que acontecia no movimento foi acompanhada pela imprensa feminista e, a partir desses acontecimentos, os conteúdos passam a ser mais específicos e a tratar de temas relacionados exclusivamente às mulheres, como a sexualidade, o planejamento familiar e a violência contra a mulher. Além disso, a partir desse momento, a imprensa feminista passa a operar em parceria com a sociedade civil organizada, na forma de ONGs, associações voltadas à questão de gênero; e algumas publicações têm patrocínio de entidades internacionais e do Estado (Cardoso, 2004, p. 68).

O ChanacomChana nasce neste contexto da imprensa e do movimento feminista. A edição zero foi publicada em janeiro de 1981 e distribuída pelo GALF no III Congresso da Mulher Paulista. O boletim é considerado por Cardoso como um dos representantes da segunda geração da imprensa feminista brasileira pós-1974, por possuir suas principais características (2004, p. 96).

Ele foi fundado em 1981, em São Paulo, e tratava de um tema específico do universo feminino, o lesbianismo, pois só as mulheres podem ser lésbicas; tinha interesse voltado para as questões legalistas, principalmente na Lei

Cível; tinha uma ONG por trás e pregava o direito à diferença. Ou seja, essa publicação apresenta a especificidade conquistada pelos veículos de comunicação voltados para o feminismo e o grau de necessidade de as mulheres proclamarem a diferença e a independência do gênero masculino. O *ChanacomChana* poderia ser classificado como um ícone da reivindicação das especificidades do movimento feminista, fazendo contraposição ao discurso da busca da igualdade entre homens e mulheres. Sem mencionar o salto advindo da existência de um jornal especializado num tema (o lesbianismo) tratado de forma tímida pela primeira geração da imprensa feminista. (Cardoso, 2004, p. 97)

Para além da interseccionalidade com o movimento e a imprensa feminista da década de 1980, o *ChanacomChana* também se relacionou com o movimento e a imprensa LGBTQIAPN+ da época. Assim, antes de compreender a publicação, é necessário entender o contexto histórico do movimento LGBTQIAPN+ brasileiro em que o boletim se insere.

1.2 A imprensa LGBTQIAPN+

Os primeiros registros de publicações com temáticas homossexuais no Brasil são da década de 1960. Entre esta década e o início de 1970, cerca de 27 publicações gays circularam no país. A distribuição era, normalmente, feita de mão em mão (MacRae, 2018, p. 136).

As publicações traziam reportagens, textos transcritos de jornais ou revistas da grande imprensa, indicações culturais, classificados, concursos de contos, poemas, roteiros gays, entre outros conteúdos. Apesar de serem jornais abertamente homossexuais, os autores dos textos escondiam sua identidade por meio de pseudônimos femininos (MacRae, 2018, p. 138).

Nessa mesma época, o regime militar controlava rigorosamente tudo o que era publicado e isso atingia, principalmente, a grande imprensa, que também se autocensurava. A partir desse cenário, alguns jornalistas começaram a fundar pequenos jornais, com impressões artesanais e tiragem irregular, que criticavam a ditadura. Ou seja, na mesma época em que surgem as primeiras publicações abertamente homossexuais, na imprensa, de modo geral, também nasce a imprensa alternativa (MacRae, 2018, p. 141).

Em 1969, no Rio de Janeiro, surgiu um importante jornal da imprensa alternativa, *O Pasquim*. Foi durante a organização de uma entrevista que seria publicada no *Pasquim* que nasceu o *Lampião da Esquina*, jornal que também fez

parte da imprensa alternativa, porém, para Edward MacRae, era “mais questionador da moral vigente, voltando-se para o público homossexual, considerado até então frívolo, apocalíptico, quando não doente ou decadente” (2018, p. 142 e 143).

Em 1977, Winston Leyland, editor de uma publicação americana voltada aos homossexuais, a *Gay Sunshinhe*, visitou o Brasil à procura de contos para integrar uma antologia da literatura gay latino-americana. O editor concedeu uma entrevista para o *Pasquim*, o que deixou os jornalistas do periódico inspirados com a ideia de uma publicação que tratasse da homossexualidade. Outros intelectuais, que não haviam participado da entrevista, foram convidados para discutir a ideia e, em abril de 1978, é publicado o número zero do *Lampião da Esquina*. (MacRae, 2018, p. 143).

O *Lampião* surge no contexto da imprensa alternativa dos movimentos de contracultura das décadas de 1960 e 1970. É considerado o primeiro veículo de distribuição em massa voltado para o debate sobre direito das minorias e, principalmente, da homossexualidade. Sua edição mensal tinha tiragem de 20.000 exemplares. Era uma imprensa altamente especializada, segmentada e militante. (Moretti-Pires, et al., 2018).

O *Lampião da Esquina* existiu entre 1978 e 1981 e representou um marco da resistência homossexual à ditadura militar. Suas publicações traziam informações políticas e eram fonte de apoio contra a discriminação e a favor dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil (Eddine et al., 2021, p. 3).

Juntamente com o *Lampião da Esquina*, surge também um grupo de militantes homossexuais em São Paulo, o Somos. A agremiação irrompe a partir da necessidade de se discutir aspectos políticos da homossexualidade abertamente. O *Lampião da Esquina* e o Somos estavam interligados, já que editores do jornal faziam parte do grupo e vice versa. João Silvério Trevisan, por exemplo, era um dos membros do conselho editorial do jornal e também fazia parte do grupo paulista. Outros integrantes do Somos também colaboravam ocasionalmente na publicação e frequentavam as reuniões de pauta (MacRae, 2018, p. 175).

O evento que levou à criação do Somos foi a Semana do Movimento da Convergência Socialista, que aconteceu entre 24 e 30 de abril de 1978. Nela, seriam discutidos problemas como a anistia, a constituinte, a imprensa alternativa. Para a conversa deste último tópico, deveriam estar presentes representantes de alguns jornais alternativos, incluindo o ainda não publicado *Lampião da Esquina*. Porém,

representantes da Convergência Socialista boicotaram o jornal homossexual, alegando não ter conseguido entrar em contato com sua redação, já que era considerado inconveniente trazer as reivindicações dos homossexuais (MacRae, 2018, p. 167 e 168).

Aqueles que haviam convidado, inicialmente, os jornalistas do *Lampião da Esquina*, ficaram sabendo do boicote e pediram para um rapaz que redigisse e lesse uma moção de protesto durante o debate sobre a imprensa alternativa (MacRae, 2018, p. 168).

Nesse dia, portanto, à certa altura do debate, ele pediu a palavra e leu a seguinte moção, sob o olhar fulminante dos responsáveis pelo boicote, que alegavam que a inclusão de reivindicações homossexuais no programa do partido levaria inevitavelmente a um afastamento da classe operária. [...] Essa colocação imediatamente serviu de estopim para uma longa discussão sobre homossexualidade e política. Tão intenso foi o interesse no assunto demonstrado pelos presentes, que a discussão sobre imprensa alternativa se esvaziou e não pôde ser retomada naquele dia. Contrariamente ao que havia sido alegado, os operários presentes não se afastaram, mas parecem ter tomado parte ativa das discussões. Segundo matéria do *Lampião*, porém, “teve gente que se retirou dizendo que viera participar, antes de mais nada, de uma reunião de machos”. (MacRae, 2018, p. 169).

MacRae destaca que foi a primeira vez que aconteceu uma discussão pública que explicitou os aspectos políticos da homossexualidade. O episódio fez com que alguns homossexuais se animassem para formar um grupo que levasse adiante aquelas discussões. Entre eles havia divergências mas, por três meses, o grupo se encontrava para conversar sobre aspectos da vida pessoal e em “reuniões de identificação” (2018, p. 171 e 172).

O Somos consolidou-se e veio a público, pela primeira vez, em fevereiro de 1979, com a participação de um debate realizado na USP sobre minorias, que tornou o grupo mais conhecido (Batista, 2020, p. 30). Há meses, o grupo discutia um nome adequado para o grupo e, após o convite para participar do evento na Faculdade de Ciências Sociais da USP, decidiu-se, em dezembro de 1978, pelo nome Somos (MacRae, 2018, p. 177).

[...] Uma proposta, originalmente levantada por Glauco Mattoso, um dos seus integrantes, era de que se adotasse o nome “Somos”. Este era o nome de uma publicação da já extinta Frente de Libertação Homossexual da Argentina. Foi julgado atrativo por ser curto, afirmativo, forte e palindrômico. Esta última qualidade do nome, de poder ser lido da esquerda para a direita e da direita para a esquerda, foi provavelmente o que captou a imaginação de Glauco, um entusiasta da poesia concreta. Além disso, fazia uma

interessante brincadeira com o fato de ser o nome de um grupo de “invertidos”. Este aspecto foi reforçado pelo logotipo escolhido, mas pouco usado, que era a palavra Somos, com o último “s” invertido. O nome anuncia, acima de tudo, o desejo de se “assumir a homossexualidade”, potencializado com o complemento “de afirmação homossexual” (MacRae, 2018, p. 177).

Os principais objetivos do Somos eram: a autonomia das vozes excluídas e a solidariedade para que fosse possível consolidar essa autonomia. O grupo era organizado de forma horizontalizada para evitar lideranças centralizadas. Havia vários subgrupos dentro do Somos, como o de atividades burocráticas, divulgação externa, atividades artísticas, estudos homoeróticos e o de atuação lésbica-feminista (Batista, 2020, p. 31). Este último subgrupo tornar-se-ia, com a cisão do Somos, o GALF, grupo responsável pela publicação do ChanacomChana.

No *Lampião da Esquina* que foi publicado o que seria um prenúncio da imprensa lésbica no Brasil. Em maio de 1979, após um ano da existência do jornal, 25 mulheres lésbicas, assessoradas por uma jornalista profissional escrevem o artigo “Amor entre mulheres” para a edição 12 do *Lampião da Esquina* (Barbosa, 2019, p. 66).

No artigo, essas mulheres diziam estar “chegando atrasadas” nas publicações do *Lampião da Esquina* que, segundo elas, já andava, falava muita coisa e balbuciava outras tantas. Foi a primeira vez, que se tem registro, que um grupo de mulheres lésbicas reuniu-se para falar sobre sua homossexualidade (*Lampião da Esquina*, 1979, p. 7).

Nós estamos atrasados porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos cochichos, nos bochichos, em algum barzinho, em algumas boates, nalguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre. Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade. (*Lampião da Esquina*, 1979, p. 7).

A organização do artigo colocou no horizonte das lésbicas a possibilidade de mais trabalhos como este. Algumas dessas mulheres, que faziam também faziam parte do Somos, seriam responsáveis, dois anos depois do artigo no *Lampião da Esquina*, por uma das publicações que fez parte do início da imprensa lésbica no Brasil, o Boletim ChanacomChana (Barbosa, 2019, p. 67).

A publicação e o grupo que a organizava foram um dos responsáveis pela perpetuação do movimento e da imprensa LGBTQIAPN+ durante a década de 1980. O *Lampião da Esquina* deixou de ser publicado em meados de 1981 e, com a dissolução, muitos grupos de militância homossexual ficaram desarticulados (Batista, 2020, p. 33).

Em 1983, o Somos dissolveu-se, devido a rachas internos que aconteceram em maio de 1980. Na ocasião, lésbicas e gays formaram a Comissão de Homossexuais Pró-1º de maio e participaram da passeata a favor da greve do ABC, junto com o movimento sindicalista.

A participação do grupo no evento já dividia opiniões entre seus integrantes, que alegavam que a Convergência Socialista ameaçava a autonomia do Somos produziam desconforto diante da rejeição de gays e lésbicas por parte da esquerda. Quem defendia a participação entendia ser importante posicionar os/as homossexuais como trabalhadores e trabalhadoras. A ação foi um sinal do que viria a ser a cisão do Somos (Batista, 2020, p. 32).

Em 1983, o país vivia um período de recessão e lidava com a descoberta da AIDS. Esses fatores também contribuíram para a dissolução do Somos. Dos integrantes do grupo, foram as mulheres lésbicas que mantiveram a militância e a imprensa LGBTQIAPN+, entre 1980 e 1990, por meio do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF).

1.3 O Grupo Ação Lésbica Feminista

O Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) surgiu em 1979, na época com diferentes nomes, dentre eles “Facção Lésbica-Feminista (LF)”, como um subgrupo feminino do Grupo Somos (Martinho, 1983, p. 2). A princípio, não havia distinção entre homens e mulheres no Grupo Somos e o objetivo era discutir o preconceito contra a homossexualidade, de maneira geral.

Entretanto, as mulheres lésbicas observaram uma diferença entre o movimento lésbico e o movimento gay. De acordo com Martinho (1983, pág 2.), as integrantes do GALF perceberam que, apesar de ambos os grupos sofrerem opressão devido à sua sexualidade, as mulheres também eram oprimidas pelo seu gênero, inclusive pelos homens gays do Somos que “monopolizavam as discussões

e se referiam às mulheres pejorativamente como ‘rachas ou rachadas”, conforme Martinho (1985, p. 1).

Para Martinho homens e mulheres homossexuais têm em comum o fato de que pessoas que se relacionam com outras do mesmo gênero são discriminadas, mas o preconceito acontece de forma diferente, já que a sociedade enxerga esses sujeitos sociais de maneira distinta. “Os homens homossexuais, embora discriminados por suas vivências gays, não sofrem preconceito por serem homens ao contrário das lésbicas que já são discriminadas a priori por serem mulheres” (1987, p. 7).

Essa diferença fez com que a facção Lésbica-Feminista (LF) se aproximasse do movimento feminista, com o intuito de aprofundar a análise das vivências das mulheres em um sistema que as negava enquanto sujeitos sociais (Martinho, 1983, p. 2).

No movimento feminista, a diferença era entre as mulheres lésbicas e as mulheres heterossexuais. Segundo Martinho (2003, para Cardoso, 2004, p. 47), “o movimento feminista sempre foi muito heterocêntrico e naquela época heterossexista mesmo”.

Martinho atribui isso à noção social da época de que ser mulher era o mesmo que ser heterossexual, enquanto que a homossexualidade era lida como um terceiro sexo. Em discussões, as vivências lésbicas eram consideradas secundárias “ou até mesmo, ainda constrangedoras e/ou embaracosas”, segundo Martinho (1987, p. 1).

Assim, alguns grupos lésbicos pelo mundo passaram a criar sua própria concepção de feminismo e a determinar o lugar ocupado pelas lésbicas nesse contexto. “Alguns grupos, inclusive, deixaram de se autointitular feministas, passando a utilizar a palavra lésbica como uma denominação equivalente a feminista”, contou Martinho (1987, p. 5).

Nesse contexto, o GALF tornou-se um grupo independente em 17 de maio de 1980, acompanhando a divisão do Grupo Somos, que se separou devido a discordâncias com militantes de partidos políticos. Pelo grupo homossexual, as lésbicas foram consideradas separatistas, divisionistas e radicais (Martinho, 1983, p. 2).

A partir disso, o GALF participou de atividades com ambos os movimentos, feminista e gay. Entre 1980 e 1983, o grupo teve alguns nomes, como Grupo Lésbico-Feminista. Em 1983, a agremiação passa a se designar Grupo Ação

Lésbica Feminista, “abdicando da concordância com a palavra grupo, como ocorria com a maioria das outras denominações, e colocando tudo no feminino”, conforme Martinho (1983, p. 1).

Desde sua criação, o GALF participou de ações como o II Congresso da Mulher Paulista, em 1980; o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados, em 1980; o Encontro de Valinhos, em 1980; o III Congresso da Mulher Paulista, em 1981; entre outros eventos.

No entanto, o Encontro de Valinhos marcou o GALF, ao deflagrar “um processo de crise interna que desfacelaria as estruturas do grupo nos meses que se seguiram ao Encontro”, segundo Martinho (1983, p. 2). A crise, na opinião de Martinho, foi causada pelo clima de disputa pelo encaminhamento das atividades realizadas pelo grupo. Isso teria gerado uma desconfiança no trabalho do GALF, que levou a uma cisão e ao afastamento de algumas integrantes.

Segundo Martinho, o grupo ficou reduzido numericamente, porém, em fevereiro e março de 1981, novas integrantes juntaram-se ao GALF. Ainda assim, o ano de 1981 “caracterizou-se, infelizmente, como um ano de desmobilização à nível geral tanto para o movimento homossexual quanto para o movimento feminista”, conforme Martinho (1983, p. 3). Apesar disso, entre janeiro e fevereiro de 1981, o GALF lançou o jornal *ChanacomChana*.

A publicação dos boletins, pelo GALF, se relaciona com as experiências vividas por grupos feministas, nos Estados Unidos e na Europa, entre 1960 e 1980, que entenderam ser necessário criar um discurso próprio, diferente do que era difundido pela mídia hegemônica. Desde cedo, o movimento feminista percebeu o impacto da mídia na produção de estereótipos de gênero (Woitowicz; Pedro, 2010, p. 1).

Os veículos de comunicação, como jornais alternativos, revistas e boletins, passaram a integrar uma estratégia de recriação da identidade social da mulher (Woitowicz; Pedro, 2010, p. 1). O discurso utilizado pelos grupos era de contrainformação e assumia, em alguns momentos, o duplo papel de denunciar e de mobilizar as mulheres na defesa dos seus direitos. (Woitowicz; Pedro, 2010, p. 2).

Para Woitowicz e Pedro, a mídia significava, para os grupos feministas, muito mais que um meio instrumental e ocupava “um lugar central na resistência às múltiplas formas de opressão” (2010, p. 3). Um exemplo desse papel dos veículos de comunicação na luta contra o preconceito é o editorial do boletim número seis,

em que o GALF registra que: “Nosso principal objetivo, com o ChanacomChana, é quebrar o muro de preconceitos que envolve e isola as mulheres lésbicas, criando uma rede de contatos, informações e apoio no Brasil e no exterior” (ChanacomChana, 1985, p. 13).

1.4 O Boletim ChanacomChana

No editorial da edição zero do ChanacomChana, o jornal se definia como

[...] um pulo do conformismo para a participação. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como "órgão sexual feminino". É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para alguns como "CHANCE"; para alguns como "CHANCA" (pé grande —sapatão?), e para outros como "CHAMA". O importante é isentar-se das conotações. [...] sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias.(ChanacomChana), nº 0, 1981, p.4).

A edição zero do ChanacomChana foi impressa em uma gráfica devido à contribuição de Teca, uma das integrantes do grupo. Porém, as mulheres já sabiam que as próximas edições não seriam impressas em gráficas devido à falta de recursos financeiros (Batista, 2020, p. 62).

Depois do lançamento da edição zero, não só pela falta de dinheiro, mas também pela falta de uma definição de uma linha editorial a ser seguida, a ideia do ChanacomChana foi abandonada (Cardoso, 2004, p. 98). No final do ano de 1982, o GALF retomou a ideia da publicação e começou a editá-la como boletim.

O modelo adotado dos boletins contava com a colaboração de leitoras e a montagem através de corte e colagem de recortes e textos datilografados. Esse estilo praticamente não sofreu alterações até 1987. Podemos encarar essa permanência como certa proposta editorial. Por ser mais barato, proporcionou para elas maior autonomia na publicação de seus materiais. No entanto, o que era arrecadado com as vendas, anúncios e assinaturas não supria os gastos para produção. Sendo assim, foi comum investirem recursos pessoais para a concretização dos periódicos. (Batista, 2020, p. 62).

Assim, entre 1982 e 1987, foram publicados 12 boletins, que eram uma continuação do jornal ChanacomChana. A publicação tinha o objetivo de ser um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho (ChanacomChana, 1982, p. 1).

Além da arrecadação com vendas e assinaturas, a tiragem do boletim também contava com a contribuição de vereadores, como Irede Cardoso (PT-SP), que utilizavam sua cota parlamentar para imprimir o ChanacomChana nas gráficas da Câmara Municipal de São Paulo. O jornal, com tiragem média de 500 exemplares, também era rodado em gráficas das universidades e tinha uma periodicidade instável, entre trimestral e quadrienal (Batista, 2020, p. 68). O Boletim ChanacomChana era distribuído pelas associadas do GALF em congressos, festas e bares.

Diferentemente do *Lampião da Esquina*, o ChanacomChana não está inserido no contexto da imprensa alternativa, como defende Barbosa (2019). Na década de 1980, a imprensa alternativa entra em declínio e começa a emergir a comunicação especializada ou institucional. Barbosa entende que o ChanacomChana é um exemplo da comunicação comunitária, que é baseada em identidades, estabelece relações horizontais entre emissores e receptores, não possui finalidades lucrativas e visa ao empoderamento social da mídia e à ampliação da cidadania (2019, p. 50).

A imprensa lésbica e o boletim, na época, nasceram, principalmente, por meio de mulheres que tinham formação acadêmica. O GALF era composto por estudantes de cursos universitários de Ciências Humanas (Cardoso, 2004, p. 99).

Isso é de fundamental importância para perceber que as edições do ChanacomChana estão dialogando com debates teóricos e com produções feministas internacionais e nacionais. Assim sendo, por mais que o grupo objetivasse abranger mulheres de diversas classes, suas inspirações estavam pautadas em uma extensa lista bibliográfica. (Batista, 2020, p. 25).

O caráter acadêmico do ChanacomChana também fica explícito na estrutura do boletim. Na maioria de suas edições, a publicação traz textos que discutem aspectos teóricos do feminismo e da lesbianidade, entre outros temas. Uma tirinha que explicita o estilo acadêmico foi publicada no quarto boletim e faz uma sátira às teorias de Freud.



Fonte: ChanacomChana, nº 4, p. 5.

Os boletins, de forma geral, também traziam, ao menos, uma entrevista jornalística, mesmo que traduzida de outros jornais.



Dulce Cardoso,

tra... por isso que você não tem que permitir em relação ao homossexualismo qualquer colocação moral. Uma questão é você dizer: alguém não pode adotar uma criança por que é alcoólatra, ou pederasta, estuprador ou qualquer outra coisa. Agora, em termos de orientação sexual, a gente não pode permitir qualquer conotação moral. O que eu estou dizendo é isso: Você não pode permitir qualquer conotação moral quando você trata do homossexualismo porque, se não, você dá gancho pra que o tratamento seja a partir da referência de moralismo que tem na sociedade.

IREDE: Eu acho que qualquer pessoa que seja homossexual ou não deve ter o direito de adotar uma criança.

ROSELY: O discurso moral é sempre usado contra os homens e as mulheres homossexuais.

3. GALF: Vocês têm propostas a nível federal que atingem a comunidade homossexual? Como pretendem encaminhá-las?

IREDE: A única forma de encaminhar é aquela que eu acho que nós estamos começando agora, através de telegramas para todo o Brasil para todos os candidatos à Constituinte, mostrando quais são as reivindicações do momento, para que a gente crie um "lobby", o mais forte possível, para quando a gente chegar lá, a gente conseguir passar essas leis. Ao mesmo tempo, mobilizar toda comunidade homossexual de homens e a comunidade homossexual de mulheres para que pressionem mandando telegramas, se organizando, se manifestando para que obriguem o Congresso efetivamente a aprovar essa lei.

DULCE: Acho que a Irede já falou. É garantir o espaço de organização e de expressão de todos os grupos homossexuais. E acho que todo parlamentar deve ter o compromisso de não falar por si só, principalmente as candidatas que trabalham ligadas aos movimentos sociais. Por um lado a Constituinte é soberana, mas por outro lado uma das funções do parlamentar é garantir o espaço de manifestação da população durante a elaboração da Constituição. Então, para mim, essa é uma proposta clássica. Isso vai ser um embate legal mesmo. Num primeiro embate na Constituinte, você encaminhará as propostas e todo mundo será contra. Claro, os "caras" do governo são contra. Agora a gente só vai ter força para garantir que essa proposta seja aprovada se todos os grupos estiverem juntos funcionando e pressionando a Assembléa Nacional Constituinte como um todo.

4. GALF: Se eleita que tipo de ajuda concreta vocês pretendem dar aos grupos de mulheres, incluindo os grupos de mulheres lésbicas e de negras?

DULCE: Um parlamentar tem o recurso público. Então uma delas é a abertura do gabinete. Colocar todo o mandato a serviço desses movimentos

Além disso, as leitoras podiam colaborar por meio de poesias, depoimentos, textos de opinião, ou ainda pela seção de troca de cartas, um espaço em que as interessadas deixavam seus endereços para que as demais leitoras do ChanacomChana as contatassem, seja para fins de amizade ou paquera.

EM MOVIMENTO

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

A vereadora Irede Cardoso do PT, aprovou projeto(8.01.86), de sua autoria, que " determina a cassação dos alvarás de funcionamento de estabelecimentos comerciais que venham a praticar discriminações contrariando o princípio da Isonomia, ou seja, contra o direito que têm todos os cidadãos de serem tratados de forma igual perante a lei, sem discriminação de qualquer natureza.

De agora em diante, no Município de São Paulo, negros, mulheres e homossexuais contam com mais este instrumento para denunciar arbitrariedades e promover a punição aos que antes os discriminavam impunemente. Basta que a pessoa discriminada, com testemunha, vá a Delegacia de Polícia e faça o Boletim de Ocorrência."

Para maiores informações sobre o projeto, escreva para IREDE CARDOSO, Viaduto Jacareí, 100, Conj. 514, cep 01319, São Paulo, Capital.

DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER

Agora, em caso de violência física ou moral (lesão corporal, estupro, sedução, atentado violento ao pudor, risco, ameaça, calúnia, difamação e injúria), você pode efetuar sua queixa nas Delegacias de Defesa da Mulher, onde o atendimento é feito somente por mulheres (delegadas, escrivãs, investigadoras, carcereiras e assistentes sociais) e onde você tem a certeza de que será bem recebida.

Os endereços e horários de atendimento são os seguintes:

1º DPDM-Centro
Parque D. Pedro II- Prédio DEGRAN
Fones: 228.6101; 229.5566 r.948
Atendimento: 24 horas todos os dias (inclusive sábados, domingos e feriados).

2º DPDM-Zona Sul(11º Distrito)
R. Padre José de Anchieta, 138
Santo Amaro- Fone: 247.4004

3º DPDM- Zona Oeste
Rua Francisco Morato, 2971(34º Distrito), Vila Sônia
Fone: 211.8886

4º DPDM- Zona Norte(28º Distrito)
Av. Itaberaba, 731
Freguesia do Ó
Fones: 266.5455; 266.1779

5º DPDM-Zona Leste(32º Distrito)
R. Severino de Almeida, 64
Itaquera
Fones: 205.6015; 229.5566 r.632

Para maiores informações sobre as delegacias da mulher, escreva para o Conselho Estadual da Condicão Feminina, Rua Estados Unidos, 346, SP, cep 01427.

DOSSIÉ: A IMPRENSA LÉSBICA

A revista canadense "Amazones d'hier, lesbiennes d'aujourd'hui (Amazonas de ontem, lésbicas de hoje)" está preparando um número especial sobre publicações lésbicas. Para tanto, precisa da participação dos diferentes coletivos que editam ou editaram revistas, boletins, etc. nos últimos anos, em todo o mundo (não é importante se as publicações ainda estão em circulação ou não). As lésbicas que leem essas publicações também estão convidadas a participar do dossiê.

Como base para reflexão, as organizadoras do dossiê elaboraram as seguintes perguntas:

1. Que ideologia a sua revista pretende refletir?
2. Qual é a principal ideologia do seu coletivo?
3. Quais são as linhas de ação de sua revista?
4. Como você situa sua revista no Movimento Lésbico em comparação com outras publicações lésbicas?

O GALF ainda dava “dicas de leitura”, na seção de mesmo nome, e disponibilizava livros e artigos teóricos sobre o feminismo, a homossexualidade, a lesbianidade, dentre outros, para xerox. Também havia, ao longo do boletim, anúncios comerciais, para que as pessoas assinassem a publicação e frequentassem o grupo.

 **dicas de
leitura**

LIVROS QUE O GALF ADQUIRIU PARA VOCÊ
XEROCAR. PUBLICAÇÕES EM INGLÊS E ES-
PANHOL:

- Sobre mentiras, secretos y silen-
cios, Adrienne Rich
Vários textos desta importante pensa-
dora feminista sobre as mulheres e a
cultura. Barcelona, 1983
- Heterosexualidad Obligatoria y exis-
tencia lesbiana, Adrienne Rich
Um texto imprescindível para quem se
interessa pela questão do lesbianismo
Traduzido do inglês pelo coletivo de
lesbianas feministas de Madri.
- La ultima Reina Guerrera, Mary
Mackey
Ficção sobre sociedades onde as mulhe-
res governam e lutam por manter sua
liberdade. Barcelona, 1983

Fonte: Chana com Chana, nº 11, p. 8.

2. METODOLOGIA

Como citado anteriormente, o ChanacomChana, apesar de ter sido estudado em teses de história, sociologia e até em jornalismo, não teve seu conteúdo jornalístico como tema central de trabalhos acadêmicos. Os estudos e artigos sobre o boletim na área de jornalismo estão associados a outras publicações LGBTQIAPN+ da mesma época, ou ao estudo da imprensa lésbica e feminista, de maneira geral. Dessa forma, buscando entender as características próprias do boletim no campo jornalístico, a metodologia escolhida foi a análise de conteúdo.

Heloiza Herscovitz comprehende que a análise de conteúdo pode ser utilizada para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações. Esta análise descreve o que era dito sobre um determinado tema, num determinado lugar, num determinado espaço (2007, p. 123 e 124).

Laurence Bardin entende que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações. Mais do que um único instrumento, a análise de conteúdo é um leque de apetrechos. Mesmo quando feita com maior rigor, tornando-se um só instrumento, ela tem uma disparidade de formas e é adaptável a um campo muito vasto: as comunicações (1977, p. 31).

Em uma analogia, é possível dizer que a análise de conteúdo é como um canivete que, mesmo quando é um único instrumento, traz mais de uma lâmina, e se adapta para cortar e modelar um campo vasto de objetos.

Os métodos de análises de conteúdo são usados, em sua maioria, com o objetivo de ultrapassar as incertezas de uma hipótese e trazer um enriquecimento da leitura. Ao analisar um conteúdo, é possível compreender se o que uma pessoa julga ver no conteúdo, de fato está lá, além de perceber mecanismos e mensagens que ainda não tinham sido observados (Bardin, 1977, p. 29).

Para realizar uma análise de conteúdo, Bardin considera que é necessário começar pela pré-análise, que acontece quando se escolhe os documentos a serem analisados, formulam-se hipóteses e objetivos e elaboram-se indicadores que fundamentarão a interpretação final. Esses fatores não seguem, obrigatoriamente, uma ordem cronológica (Bardin, 1977, p. 95).

Este trabalho escolheu analisar as 12 edições dos boletins ChanacomChana, dentre outros motivos citados anteriormente na justificativa, devido à sua importância e papel no episódio do Ferro's Bar, que posteriormente, foi reconhecido como

“stonewall brasileiro” e instituído, na mesma data, o dia do orgulho lésbico. O jornal ChanacomChana, ou a edição zero, não foi analisado, já que ele se apresenta em um formato diferente das demais publicações.

As edições do boletim ChanacomChana podem ser facilmente encontradas com uma pesquisa rápida do nome da publicação no Google. Segundo Barbosa, os boletins já estiveram disponíveis em arquivos públicos e digitais, como, por exemplo, no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e no Acervo Bajubá (2019, p. 64).

No entanto, durante o período de desenvolvimento deste trabalho, eles não estavam mais disponíveis nestes arquivos. Mesmo que as publicações tenham sido retiradas de circulação pelos arquivos originais, a maioria dos conteúdos dos boletins foram copiados desses arquivos e disponibilizados em outros sites. Durante as buscas pelos documentos, foi possível acessar quase todo o conteúdo do boletim na íntegra, com exceção do ChanacomChana nº 6 que, apesar de encontrado, tinha textos, como a entrevista com a Roberta Close, borrados, o que não permitia a leitura total.

Neste estudo, após delimitar a análise exclusivamente aos boletins ChanacomChana, a hipótese inicial era que a publicação teve grande relevância para a população LGBTQIAPN+ e para o jornalismo emancipatório² e alternativo. O objetivo inicial era entender se a hipótese se confirmava e organizar os conteúdos a partir destes indicadores: movimento LGBTQIAPN+, jornalismo alternativo e jornalismo emancipatório.

A primeira atividade a ser realizada, segundo Bardin, consiste em

[...] Estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Esta fase é chamada de leitura «flutuante», por analogia com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco, a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos [...] (Bardin, 1977, p. 96).

A partir do contato com o material, como sugerido pela autora, novas hipóteses foram surgindo e uma parte das hipóteses levantadas anteriormente não se confirmaram, como por exemplo, a relevância do ChanacomChana para o

² Dennis de Oliveira define o jornalismo emancipatório como a reconstrução do discurso midiático a partir da perspectiva da superação das dinâmicas de opressão em todas as suas vertentes.

jornalismo alternativo. Como já citado no capítulo anterior, o boletim não é considerado, por alguns autores, como parte do jornalismo alternativo que se desenvolveu nos anos de 1970. Em relação às novas hipóteses, uma delas, que, em algum nível, relaciona-se com a hipótese de jornalismo emancipatório, era a suposição de que o boletim tem conteúdos de contrainformação sobre o patriarcado.

Após a leitura, é necessário tratar o material ou codificá-lo, recortando-o, enumerando-o e classificando-o (Bardin, 1977, p. 104). Neste trabalho, o tipo de análise utilizada foi a categorial, que, a partir da observação total de um texto, classifica-o, segundo a presença ou a ausência de itens de sentido. É um método que introduz uma ordem, segundo alguns critérios, na desordem aparente (Bardin, 1977, p. 37). A análise categorial, ao condensar os conteúdos, fornece uma representação simplificada dos dados brutos, que, neste trabalho, é a totalidade dos boletins ChanacomChana, e permite que se conheça índices invisíveis (Bardin, 1977, p. 119).

Os textos que foram categorizados são entrevistas, textos acadêmicos, informativos, notas e informes, depoimentos e artigos de opinião. Alguns outros conteúdos do ChanacomChana, como os textos publicados no espaço de poesias, e algumas cartas das leitoras que avaliavam e criticavam o boletim, não foram incluídos na categorização do conteúdo.

O critério de categorização deste trabalho foi o temático, ou seja, os textos publicados nos boletins foram classificados a partir de sua temática, de modo a “descobrir os «núcleos de sentido» que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 1977, p.105).

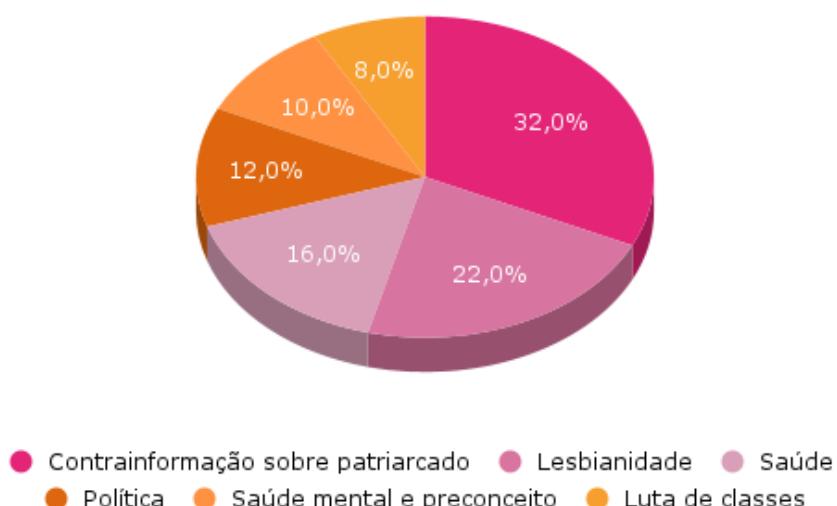
3. CHANACOMCHANA: As categorias

A partir da leitura do ChanacomChana, foi possível estabelecer seis categorias temáticas que se mostrassem relevantes para entender o papel do boletim para a população LGBTQIAPN+ e que demonstrassem a atuação do boletim para um jornalismo emancipatório. As categorias temáticas que demonstram a importância da publicação para pessoas LGBTQIAPN+ foram nomeadas de: 1) lesbianidade, 2) saúde e 3) saúde mental e preconceito. Já as que mostram um jornalismo emancipatório foram denominadas como: 4) contrainformação sobre patriarcado, 5) política e 6) luta de classes.

Os conteúdos das categorias de **saúde** e **saúde mental e preconceito** foram analisados em grupos separados, uma vez que os do primeiro conjunto traziam textos mais informativos sobre aspectos da saúde física de pessoas LGBTQIAPN+. Já os conteúdos da segunda categoria, buscavam de forma mais direta denunciar as estruturas preconceituosas que afetam negativamente a saúde mental desta população.

No total, foram analisados 50 de 66 textos (75,7%), 16 deles foram categorizados como contrainformação sobre o patriarcado, 11 como lesbianidade, oito como saúde, seis como política, cinco como saúde mental e preconceito e quatro como luta de classes, como mostra o gráfico a seguir.

Quantidade de textos



Fonte: criado pela autora

Contrainformação sobre patriarcado	Lesbianidade	Saúde	Política	Saúde mental e preconceito	Luta de classes
O lesbianismo é um barato (nº 1, p. 2)	O lesbianismo é um barato (nº 1, p. 2)	Informes: contra homossexualidade ser considerada doença (nº 1, p. 11)	Desarmamento nuclear (nº 5, p. 9)	Carta por Sandra Mara (nº 1, p. 5)	Associação das donas de casa discute lesbianismo (nº 2, p. 6)
A negação da homossexualidade (nº 2, p. 2)	Depoimento 2 (nº 3, p. 10)	Informes: contra homossexualidade ser considerada doença (nº 3, p. 12)	A homossexualidade na Constituição (nº 9, p. 16)	A queda para o alto (nº 2, p. 5)	Informes: mulheres lésbicas nos países socialistas (nº 3, p. 12)
Depoimento 1 (nº 3, p. 8)	Democracia também para as lésbicas: uma luta no Ferro's Bar (nº 4, p. 1)	Informes: saúde das lésbicas, associação paulista de medicina, AIDS (nº 4, p. 16)	Homossexualidade nas leis (nº 10, p. 8)	Depoimento 1 (nº 3, p. 8)	Autonomia (nº 4, p. 5)
A função do homossexual na sociedade (nº 4, p. 15)	Depoimento 3 (nº 4, p. 9)	Informes: contra homossexualidade ser considerada doença (nº 6, p. 1)	Nossos direitos (nº 11, p. 10)	Enrustimento e solidariedade (nº 7, p. 2)	Amor de cartas (nº 5, p. 5)
Ser ou estar homossexual, eis a questão (nº 5, p. 4)	Lésbicas: o difícil direito de ser mãe (nº 6, p. 7)	Informes: AIDS, homossexualidade deixa de ser considerada doença (nº 8, p. 17)	Entrevista com candidatas (nº 11, p. 11)	Uma história de Heteror: preconceito no CVV (nº 8, p. 12)	
As lágrimas amargas de Petra Von Kant (nº 5, p. 7)	Enrustimento e solidariedade (nº 7, p. 2)	AIDS: fato e preconceito (nº 9, p. 14)	Balanço das eleições (nº 12, p. 16)		
Família (nº 7, p. 4)	Lésbicas e família (nº 7, p. 9)	Em Movimento: emenda La Roche derrotada, AIDS (nº 12, p. 23)			
Lésbicas e família (nº 7, p. 9)	Lésbicas e trabalho (nº 8, p. 19)				
GALF na Hebe (nº 8, p. 7)	Lésbicas e sexualidade (nº 9, p. 22)				
A opinião da leitora (nº 8, p. 14)	Conferência Lésbica em Genebra (nº 10, p. 20)				
III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe: enfim, de volta, um feminismo de bom astral (nº 9, p. 6)	Assumindo (nº 10, p. 28)				
Lésbicas e sexualidade (nº 9, p. 22)					
O mito da opção sexual e a organização lésbica (nº 10, p. 1)					
Informes: homossexualidade e TV (nº 10, p. 17)					
Feminismo e lesbianismo: qual a relação? (nº 12, p. 1)					
Não leia! Linguagem e repressão (nº 12, p. 12)					

Fonte: realizado pela autora

3.1 Categorização

3.1.1 Contrainformação sobre patriarcado

A categoria **contrainformação sobre patriarcado** foi designada após a percepção de que diversos textos publicados nos boletins abordavam, abertamente, a desconstrução de ideias e comportamentos divulgados como “naturais” e “normais” pelo patriarcado.

Walby define o patriarcado como um sistema social de estruturas e práticas em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres. Segundo a autora, o patriarcado é composto de seis estruturas e uma delas é a heterossexualidade compulsória e a divisão dos papéis de gênero (1990, p. 20).

Apesar do fato de que uma publicação feita por e para mulheres lésbicas já representar, *a priori*, uma quebra com os padrões do patriarcado, essa categoria abrange textos que evidenciam e questionam as estruturas de maneira direta e aberta. No total, foram encontrados 16 textos, em todos os boletins, que apresentaram essa característica de contrainformação.

Um exemplo dos conteúdos que foram categorizados dessa forma é o texto “A função do homossexual na sociedade”, publicado no quarto boletim.

[...] Pois bem, sabemos que normas de procedimento social e relações pessoais íntimas são fixadas com o propósito de evitar mudanças. Uma sociedade padronizada é, portanto, uma sociedade estagnada. “Tudo bem, isso nós já sabemos e daí?” Daí, que a sociedade nos reprime, pois nos teme! E nos teme por quê? Ora, nós tivemos a “ousadia” de romper com um dos mais fortes e enraizados padrões sociais: a heterossexualidade! Então, os conservadores, “os caretas” pensam consigo: “Se esses anormais, esses doidos tiveram a petulância de romper com a normalidade (?) heterossexual, então serão também capazes de ousar romper com a nossa ordem (?) social e aí... Oh, Deus, será o caos... Temos que detê-los, portanto!” E, indubitavelmente, a pressão é maior sobre nós, mulheres homossexuais, nós lésbicas, pois é dupla: pressionam-nos enquanto mulheres e enquanto lésbicas. Ora, imaginem só uma mulher, sempre tão reprimida em sua sexualidade, sempre tão reprimida no Eros (“porque o Eros tem algo de revolucionário”, como diria a feminista Dacia Maraini), numa sociedade patriarcal (tipo: “o homem é o máximo”) como a nossa, “ousar” sentir-se muito mais propensa a encontrar a felicidade amorosa e sexual, com outra mulher... Onde fica o tão endeusado falus, pênis ou pau (como queiram)? Somos, portanto, uma grave ameaça, não? [...] (ChanacomChana, nº 4, 1983, p. 15)

Enquanto a imprensa hegemônica mascara as estruturas que determinam os papéis de gênero e naturaliza a heterossexualidade, o casamento e a organização

familiar criada por ele, o boletim evidencia esse processo como forma de negar essas imposições. Além disso, o ChanacomChana possibilitava que as mulheres lésbicas expressassem e reiterassem a pertinência da negação aos papéis de gênero e sexuais.

Os conteúdos de contrainformação sobre o patriarcado também questionam, de maneira geral, os relacionamentos, inclusive homossexuais, que reproduzem as relações de poder e dominação e os papéis de gênero do sistema patriarcal. Um texto que exemplifica isso é:

[...] Não aceito ser classificada. Estaria incorrendo no mesmo erro que os relacionamentos heterossexuais cometem, e que constitui a sua base: a delimitação de papéis dentro de um relacionamento, para que cada qual “conheça” sua parte e não tente assumir a do parceiro. Fechar duas pessoas dentro de dois papéis restritos por uma série de atributos ditos “complementares”, por serem “opostos”, é equivalente a castrá-las e fazê-las renunciar à sua espontaneidade. Não acredito na validade dos relacionamentos homossexuais que se baseiam nos velhos padrões de “masculino” e “feminino”. Que é ser homem? Que é ser mulher? Os estudos revelam que aprendemos a ser quem somos... ninguém nasce com a ideia de masculino ou feminino na cabeça. [...] Acredito que todas as pessoas, em geral, homens ou mulheres, somos, primeiramente, SERES HUMANOS [...]. (ChanacomChana, nº 8, 1985, p. 14).

Em um texto anterior, no primeiro boletim, o GALF defende a ideia de que o sistema de dominação e de poder nas relações amorosas está deixando “todos, homens e mulheres, homossexuais e heterossexuais, na mais dolorosa indigência afetiva” (ChanacomChana, nº 1, 1982, p. 2). As relações de poder que se desenvolvem dentro dos relacionamentos amorosos, sejam eles heterossexuais ou homossexuais, ao ditar regras de comportamento, faz com que as pessoas fiquem menos seguras para expressar seus sentimentos e, consequentemente, seus afetos.

Os textos ainda evidenciam a estrutura social que condena as mulheres ao trabalho não remunerado. A não conformidade com as estruturas econômicas de uma família patriarcal, segundo as mulheres do GALF, é ainda mais julgada na sociedade do que as relações sexuais com mulheres.

Walby também entende como uma das estruturas do sistema patriarcal as relações de produção no lar. Para a autora, os maridos expropriam o trabalho doméstico realizado pelas mulheres, no papel de esposa (1990, p. 21). Essa estrutura é evidenciada pelo GALF no trecho:

[...] É que, na verdade, a sociedade não nos discrimina exatamente porque fazemos sexo com outras mulheres, mas sim por causa dos estilos de vida que assumimos em decorrência de nossos desejos. No caso das mulheres, isso é particularmente relevante quando lembramos que muitas vivem dentro da estrutura de um casamento heterossexual e transam, às vezes ou sempre, com outras mulheres, algumas das vezes com o conhecimento e concordância dos maridos. [...] Neste contexto, duas mulheres juntas além de bastante excitantes para a fantasia masculina também são consideradas inofensivas pois de fato não abalam nem os privilégios nem a soberania dos homens. Entretanto, se essas mesmas mulheres decidem partir para uma vida em comum, ou seja, abandonam seus casamentos e cortam qualquer interferência masculina de suas relações, tudo muda de figura. [...] As mulheres lésbicas agora estavam partindo para uma vida fora da estrutura do casamento, ou seja, estavam efetivamente deixando de servir aos homens em qualquer aspecto, fosse ele afetivo, sexual ou reprodutivo e isso não dava para tolerar [...]. (ChanacomChana, nº 10, 1986, p. 1 e 2).

Demonstrações de afeto entre mulheres em relações de amizade não são socialmente julgados. Isso e o trecho citado evidenciam que o que não é admitido pelo sistema patriarcal é a negação do afeto, do serviço e da submissão a um homem. Nesse âmbito, a opressão é relacionada, em primeiro lugar, ao gênero, uma vez que, por ser mulher, a sexualidade não deveria nem mesmo ser expressa.

3.1.2 Lesbianidade

Os textos categorizados como sendo sobre **lesbianidade** são aqueles que tratam, de maneira mais específica, de vivências e sentimentos de mulheres lésbicas. Esses conteúdos, mesmo ao abordar temas maiores, como por exemplo, a família, a maternidade, o trabalho, entre outros, trazem essas discussões a partir do olhar e recorte de mulheres lésbicas nessas situações sociais.

O ChanacomChana, apesar de ser um espaço dedicado a mulheres lésbicas, também traz conteúdos que conversam com as vivências e interesses de outros públicos, como homens e mulheres LGBTQIAPN+, mulheres feministas, entre outras pessoas. No entanto, os textos escritos a partir do contexto da lesbianidade são importantes por permitir que mulheres lésbicas se enxerguem nas páginas de um jornal.

Martinho, ao escrever sobre a relação entre as lésbicas e o feminismo, afirmou que “as mulheres lésbicas que abrem uma publicação feminista, no Brasil, dificilmente se identificam com o que está escrito, pois não há nada que fale diretamente de seu cotidiano” (ChanacomChana, nº 12, 1987, p. 1). Dessa forma, é

relevante entender quantos e quais conteúdos são voltados para mulheres lésbicas no boletim, além de observar como é o espaço dedicado a esses textos.

No total, 11 textos foram considerados como da categoria **lesbianidade**. Cinco desses conteúdos foram publicados no formato de entrevista jornalística. Os temas das entrevistas sob o viés da lesbianidade foram: maternidade, família, trabalho, sexualidade e o assumir lésbico. Um dos exemplos são as vivências trazidas pelas entrevistadas³ do texto “Lésbicas e família”:

[...] GALF: Sua família sabe que você é lésbica? Se sabe, como se dá a relação?

Eliza: Não, eu nunca falei a respeito em casa, mas imagino que, pelo menos, eles desconfiem. Esta é uma situação desagradável para mim, pois gostaria que eles soubessem. Não conto porque tenho medo da reação deles. Tenho uma ligação afetiva muito forte com minha mãe e meu irmão e receio perder isso. No entanto, o fato de esconder que sou lésbica torna esse relacionamento meio hipócrita, na medida em que eles não me conhecem realmente. Eles gostam de uma imagem que não corresponde à realidade completa [...]. (ChanacomChana, nº 7, 1985, p. 9).

Para a entrevistada Eliza, o ChanacomChana representa um espaço onde ela pôde ser ouvida e pôde expressar sua frustração relacionada ao fato de que sua família não sabia sobre sua sexualidade. Para mulheres lésbicas que encontram esses conteúdos nas páginas de um jornal, o boletim é um lugar de identificação e de acolhimento de sentimentos que podem não ser compreendidos na sua totalidade por pessoas que não vivem a lesbianidade.

Nesta categoria também cabe destaque ao texto “Democracia também para as lésbicas: uma luta no Ferro's Bar” que narra o episódio em que as mulheres do GALF, ao serem impedidas pelo dono do bar de vender o Boletim ChanacomChana no estabelecimento, fizeram uma manifestação que posteriormente ficou conhecida como “stonewall brasileiro”. O dia da visibilidade lésbica é comemorado em 19 de agosto, em homenagem ao acontecimento.

[...] Com a reconquista do Ferro's, buscávamos também lutar pelo legítimo direito de circular livremente em todos os locais. [...] As militantes do GALF conversam com o dono e conseguem que ele declare diante delas, da

³ Dulce, 36 anos, curso superior completo em Administração de Empresas; Eliza, 26 anos, professora de Português e Literatura; Leda, 21 anos, 2º grau incompleto; Luíza, 25 anos, assistente de finanças, cursando história da USP; Mírian, 30 anos, professora de Inglês, cursando tradução-interpretação; Mônica, 20 anos, curso superior incompleto, cursando Serviço Social; Neide, 27 anos, 2º grau completo, esteticista e agente fiscal de trânsito; Rosely, 25 anos, curso superior completo em filosofia, professora e pesquisadora de mercado; Rute, 27 anos, cursando Matemática, recepcionista. (ChanacomChana, nº 7, 1985, p. 9).

imprensa e de outras companheiras (os), que o grupo poderá divulgar seu boletim dentro do bar. Findado o episódio, Irede dá um viva à democracia. Qual democracia? Para nós, do GALF, sua definição transparece na complementação que Rosely faz à Irede: “ele só voltou atrás por causa da nossa força, da nossa união. A democracia neste bar só depende de nós!”. Por acreditar nessa democracia, sem lideranças, sem vanguardas e sem elites, é que continuamos a lutar para que todas as lésbicas se expressem e lutem pelos seus direitos. À maneira de cada uma [...]. (ChanacomChana, nº 4, 1983, p. 2 e 3).

Como tratado em diversos textos do ChanacomChana, as mulheres lésbicas, na época, frequentavam poucos espaços e viviam nos chamados guetos. A proibição da venda e circulação do boletim dentro de um local frequentado majoritariamente por mulheres lésbicas reforçava o preconceito vivido por elas em todos os demais âmbitos de suas vidas. A “reconquista” deste espaço é uma afirmação da luta das mulheres lésbicas pelo direito de ir e vir, de se expressar e de serem respeitadas no exercício destes direitos.

Alguns textos que trazem depoimentos de leitoras sobre seu processo de autodescoberta, de autoaceitação, de sua participação no GALF, entre outros relatos, também enquadram na categoria de **lesbianidade**. Um dos exemplos é o depoimento de Elisete na edição nº 4, em que ela conta que “o duro mesmo foi eu conseguir chegar a esta conclusão: ‘sou lésbica’. Mas estava tudo ali ao alcance de meus olhos e ouvidos, só eu não queria ver nem ouvir” (ChanacomChana, nº 4, 1983, p. 9).

O trecho mostra de que maneira a heteronormatividade difundida nas estruturas sociais, na imprensa hegemônica, nos livros, nos filmes, entre tantos outros meios, afeta as mulheres lésbicas antes mesmo de elas se entenderem e se afirmarem enquanto lésbicas. Ao pensar na possibilidade de não serem heterossexuais, muitas mulheres se reprimem e se recriminam como um reflexo do que aprenderam em diversos espaços de convívio social. Até mesmo refletir sobre o assunto é, de certa forma, autocensurado.

3.1.3 Saúde

A categoria foi criada a partir da observação de que alguns dos textos abordavam temas como políticas públicas de saúde, prevenção da AIDS e saúde relacionada à sexualidade feminina. Nesta categoria, também foram categorizadas

notas menores, que entravam na seção de “Informes” ou “Em Movimento”, até textos e entrevistas maiores.

Ao todo, foram encontrados seis conteúdos que tratavam de temas de saúde. No entanto, o espaço destinado a eles, em sua maioria, não era grande. Um tema que apareceu de modo frequente nos informes do ChanacomChana foi o parágrafo 302.O da classificação mundial de saúde, que entendia a homossexualidade como doença. Apesar de aparecer em quatro boletins diferentes, o tema era tratado em notas menores. Um exemplo pode ser visto no trecho: “O GALF, no encontro das entidades civis de São Paulo com o governador Franco Montoro, reivindicou, entre outras coisas: a extinção do parágrafo 302.O do Código de Saúde do INAMPS que rotula o homossexualismo como desvio e transtorno sexual” (ChanacomChana, nº 1, 1982, p. 11).

Textos sobre a AIDS também eram publicados, mas ainda na seção de “Informes”. Com exceção do texto informativo “AIDS: fato e preconceito” que ocupou cerca de duas páginas do boletim.

Não há nenhuma prova de que
a AIDS se transmite por :
 . banheiros, duchas ou piscinas, maçã
netas de porta, roupas de cama, etc..
 . pratos, copos ou alimentos tocados
por um doente de AIDS.
 . apertos de mão e outros contatos fi
sicos não-sexuais.
 * Não se conhece nenhum caso de contá
gio através da troca de beijo entre
uma pessoa saudável e outra portadora do
vírus da doença, apesar do vírus ter
sido encontrado na saliva de pacien
tes. Uma explicação para isso é que a
quantidade de vírus na saliva é muito
pequena.
 . Doadores de sangue não correm risco
quando o material usado para coleta é
descartável.

Como detectar a AIDS ?
 Há muita controvérsia quan
to a esse aspecto. Enumerando-se o s
sintomas, um tanto incertos, nota-se
que outras enfermidades podem ter os
mesmos sinais: gânglios inflamados ,
manchas cutâneas, diarréia, tosse per
sistente, etc...

Fonte: reprodução ChanacomChana, nº 9, 1985 e 1986, p. 14

O texto mostra a relação do boletim com as pautas da população LGBTQIAPN+, de maneira geral. No ano de publicação deste texto, o Somos e o *Lampião da Esquina* já não estavam mais em atividade. Neste contexto, o ChanacomChana trazia informações para prevenção e cuidados com a AIDS e também conteúdos que desmistificavam o preconceito em relação à doença e aos seus portadores.

Uma das exceções foi o texto “Sexualidade e Saúde”, em que o ChanacomChana traz a temática na forma de entrevista, espaço “nobre” do jornal, uma vez que cada edição possuía apenas uma entrevista. A publicação ocupa cerca de 10 páginas.

[...] GALF: Quais são os aspectos positivos e negativos que vocês teriam para dizer em relação ao atendimento médico?

Coletivo Sexualidade e Saúde: [...] Eu acho que a maioria dos aspectos são positivos. Primeiro a mulher, que vem aqui, tem um espaço para falar. Em nenhum outro lugar ela tem este espaço. A consulta particular nesse país não garante absolutamente nada. Eu fui outro dia fazer ultrassom, o técnico que me atendeu, colocou-me em cima da mesa. O médico que veio fazer o ultrassom nem me perguntou o que eu tinha e ele sabia que eu também sou médica. Então a primeira coisa importante é o espaço. Aqui, a mulher chega e pode falar, pode discutir sexualidade, se ela veio aqui para isso. Nós não fazemos exame no primeiro dia, só conversamos. Outra coisa é o tipo de exame que é feito, com todo o carinho. Ela coloca o espéculo nela mesma, ela vê o colo do útero, ela vê a vagina, ela aprende a fazer o exame do seio, ela aprende a ter um certo domínio do seu próprio corpo [...]. (ChanacomChana, nº 12, 1987, p. 30).

Os cuidados com a saúde da mulher e a atenção dada a elas durante uma consulta eram negligenciados pela maior parte dos médicos. Um atendimento humanizado que tirasse dúvidas das pacientes e permitisse que elas se autoconhecessem acontecia, na época, em poucos locais, como é o exemplo do Coletivo Sexualidade e Saúde. Ao tratar da saúde de mulheres lésbicas, especificamente, a questão se torna mais complexa.

Até os dias atuais, mulheres lésbicas fazem o papanicolau menos vezes que mulheres heterossexuais, como mostrou uma pesquisa do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia, Morsani College of Medicine, Universidade do Sul da Flórida, Tampa, Flórida, EUA. Uma matéria da Folha de S.Paulo⁴ mostrou que, em muitos casos, as mulheres lésbicas sofrem negligência nos atendimentos ginecológicos e têm sua sexualidade questionada.

⁴ Mulheres lésbicas relatam negligência de médicos em atendimentos ginecológicos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/08/mulheres-lesbicas-relatam-negligencia-de-medicos-em-atendimentos-ginecológicos.shtml>

O ChanacomChana, em 1987, já evidenciava o despreparo do sistema de saúde e da formação educacional dos profissionais de saúde para lidar com a população LGBTQIAPN+ e, de maneira geral, com a saúde da mulher.

3.1.4 Política

A leitura do boletim revela que alguns conteúdos tratam abertamente de temas das relações políticas e da política estruturada (Três Poderes) nacionais e internacionais. Esses textos foram agrupados na categoria **política**.

A lesbianidade como política também é uma temática frequente no ChanacomChana, porém diluída ao longo de pequenos trechos em diversos textos. Assim, esses conteúdos não fizeram parte do escopo da categoria **política**.

Um dos exemplos de publicação que estão nesta categoria é o texto “Nossos direitos”, que defende a alteração do artigo 153 da Constituição para consolidar direitos das pessoas LGBTQIAPN+.

[...] O que precisamos é de proteção da lei no sistema constitucional que está por vir. E isto é importante para nós, porque é do sistema constitucional que emana o disciplinamento de outros sistemas, como: o penal, o civil, o trabalhista, etc. Por isso, é inegável a necessidade de a homossexualidade ser considerada juridicamente e não apenas de fato, deixando, assim, de ser, para alguns, uma anomalia sexual, perversão e outras denominações inventadas por falsos moralistas. E, como fato jurídico, não ser apenas objeto de especulação científica. Acho que é possível uma nova redação do §1º do art. 153 da Constituição, onde está consagrado o princípio da isonomia: “Todos são iguais perante a Lei...”. Por que não a punição contra todas as espécies de discriminação, inclusive aos homossexuais? [...]. (ChanacomChana, nº 11, 1986 e 1987, p. 10).

O texto “Homossexualidade nas leis”, também desta categoria, discute as leis brasileiras sob o viés da homossexualidade, e até cita documentos, como, por exemplo, o Código Penal.

[...] Segundo o Código Penal as relações entre dois homens e nas relações entre duas mulheres nunca poderá ocorrer o estupro porque para a lei estupro é “contranger a mulher a conjunção carnal, mediante, violência ou grave ameaça”. (artigo 213). A conjunção carnal é entendida no Direito como a introdução do pênis na vagina. Um crime que viria a ser de estupro e que não se consuma, se reduz apenas a tentativa sempre que não houve a penetração do pênis [...]. (ChanacomChana, nº 10, 1986, p. 9).

O trecho demonstra a forma como as estruturas governamentais perpetuam a naturalização da heterossexualidade e invisibilizam outras relações, deixando desprotegidas pessoas LGBTQIAPN+ que também estão sujeitas a diversos crimes sexuais. É por meio dessa evidenciação que o boletim reconstrói o discurso midiático com o intuito de superar a opressão vivida por esse grupo. No fragmento anterior, o ChanacomChana ressalta a necessidade de, não só reivindicar que a existência das relações homossexuais sejam afirmadas, como também de demandar que elas sejam protegidas pela legislação.

No âmbito do Poder Executivo, o boletim publicou dois textos sobre as eleições de 15 de novembro de 1986. Nesta votação, foram escolhidos: deputados estaduais e federais, senadores, que também iriam compor a Assembleia Nacional Constituinte, e governadores. O ChanacomChana trouxe uma entrevista com algumas candidatas.

[...] Nos últimos meses, o assunto principal é as eleições de quinze de novembro. Por terem sido indevidamente marcadas numa mesma data, as eleições para governador, deputados e senadores, aqui em São Paulo os meios de comunicação praticamente só se detém nos candidatos ao governo estadual. Inexiste a discussão das propostas dos candidatos (as) ao Senado, à Assembleia Legislativa e à Assembléia Nacional Constituinte.

A formulação de uma nova Constituição é um marco histórico importantíssimo que pode (ou não) garantir e ampliar os espaços democráticos através das leis que irão reger o país. Neste número, nós, do ChanacomChana, não poderíamos ficar à margem deste processo. Assim para contribuir com a ampliação do debate de algumas das propostas existentes em relação a homossexualidade, racismo, feminismo, ecologia e terras indígenas, nós entrevistamos três candidatas: Cassandra Rios, Irede Cardos e Dulce Cardoso. A primeira é candidata à deputada estadual pelo PDT. As outras duas são candidatas à deputada federal pelo PT [...]. (ChanacomChana, nº 11, 1986 e 1987, p.11).

Após o término das eleições, na edição seguinte do boletim, o ChanacomChana publicou um balanço delas.

[...] Desde o final de 1985, venho me dedicando a escrever artigos sobre "Homossexualidade e Leis", enfatizando dois pontos: a realização das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e a nossa proposta de só votar em candidatas (os) que levem, em seu programa, a reivindicação do Movimento Homossexual Brasileiro de inserção, na nova Constituição, de um item que criminalize toda e qualquer discriminação devido à orientação sexual. [...] Agora, creio que chegou a hora de fazermos um balanço dos resultados das eleições de 15 de novembro. Das três candidatas, por nós entrevistadas, nenhuma conseguiu se eleger. Cassandra Rios obteve 1687 votos, Dulce Cardoso conseguiu 2830 votos e Irede Cardoso 13728 votos. [...] (ChanacomChana, nº 12, 1987, p. 16).

A proteção contra o estupro era, naquela época, voltada somente para pessoas heterossexuais. Como citado anteriormente, o ChanacomChana evidenciava a negligência das leis com pessoas LGBTQIAPN+ e demandava essa proteção também para essa população. Nos dois trechos citados acima, o boletim vai além e reivindica uma proteção diferente para essas pessoas, uma vez que as vivências diárias dessa população são perpassadas por preconceitos. O ChanacomChana postulava não só a extensão de direitos de pessoas heterossexuais, como o reconhecimento de que pessoas LGBTQIAPN+ precisam de direitos específicos e diferentes que abranjam suas realidades e as protejam das discriminações.

3.1.5 Saúde mental e preconceito

Um tema que também pôde ser categorizado foi a relação entre o preconceito sofrido pelas pessoas LGBTQIAPN+ e a influência dele na saúde mental. Enquanto a homossexualidade ainda era considerada doença, no boletim já havia publicações que tentavam mostrar como essa classificação, na verdade, poderia impactar a saúde mental dessas pessoas.

Cinco textos fazem parte da categoria **saúde mental e preconceito**. Dois deles são sobre Sandra Mara, uma pessoa LGBTQIAPN+ que cometeu suicídio, dois são depoimentos e um deles discute abertamente a temática, como por exemplo no trecho:

Por que as lésbicas se enrustom?
 Basicamente, por medo da sociedade, do julgamento social. [...] Se muitas (os) homossexuais são levadas (os) ao suicídio —lembrem-se de Sandra Mara?— devido às constantes pressões sociais que as (os) colocam à margem, é de se pensar se o enrastimento, ao invés de ser uma proteção, não é na verdade o oposto. Em outras palavras, se a situação de ambiguidade que vive a lésbica que se enruste não a protege do preconceito social e a afasta das demais lésbicas, levando-a viver momentos de extrema solidão, qual a vantagem do enrastimento? [...] (ChanacomChana, nº 7, 1985, p.2).

Sandra Mara, que é citada no trecho acima, é tema principal de dois textos desta categoria. Segundo a publicação “Carta por Sandra Mara”, ela tinha 20 anos, era paranaense e tinha o apelido de “Bigode”. Sandra Mara passou a infância na Febem-SP (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor de São Paulo) e, com a

ajuda de Eduardo Suplicy, saiu de lá para trabalhar na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Porém, “Bigode” foi reprovada no concurso para efetivar seu cargo, quando se sentiu constrangida com a perplexidade que sua presença e sua aparência masculinizada causava nos fiscais do exame. Sandra Mara suicidou-se em agosto de 1982. O texto publicado sobre ela no ChanacomChana foi distribuído no lançamento de seu livro de poemas e textos autobiográficos, “A Queda para o Alto”, editado pela editora Vozes após sua morte:

[...] Esta carta é dirigida a todos que repudiam a violência, desde a violência acintosa das ruas e da repressão policial ou a do estupro e espancamento de mulheres àquela mais insidiosa do preconceito que interiorizamos e que também mata. O preconceito que também mata as oposições indesejadas, a criação, a liberdade, a possível felicidade, o ser humano. O preconceito que empurra pessoas de cima das pontes como derrubou a jovem mulher Sandra Mara Herzer de um viaduto para a avenida 23 de Maio, no dia 9 de agosto deste ano [...]. (ChanacomChana, nº 1, 1982, p. 6).

No trecho acima, é evidenciado que o preconceito contra as pessoas que têm “oposições indesejadas” ao sistema patriarcal, mesmo quando ele acontece de forma velada, pode trazer efeitos negativos para a saúde mental dessa população. O preconceito é denunciado, pelo ChanacomChana, como sendo o autor do crime que levou à morte de Sandra Mara.

O segundo texto publicado pelo boletim sobre Mara pode ser considerado uma resenha de seu livro. A publicação também questiona o peso do preconceito da sociedade e de suas instituições para a saúde mental de “Bigode”.

[...]“Estava na hora de abrir os pulmões e gritar nossa saudade, nossa revolta e nossa opinião a respeito daqueles homens que nos governavam e que nos obrigavam a baixar a cabeça, sempre caladas como pessoas que não tinham vontade própria; simplesmente por sermos abandonadas e súditas de uma marginalidade que nos era imposta diariamente... Neste mundo aqui fora, as pessoas se iludem tanto que se tornam incapazes de reparar, de apurar o ouvido e ouvir um de nossos minúsculos gemidos”.
A omissão contra os autoritarismos é o que propicia a morte da criatividade, da liberdade, a morte de tudo o que poderia dar condições para a existência de um mundo onde não houvesse Febens, onde não houvesse miséria material, afetiva e sexual, onde não houvesse tanta falta de amor. (ChanacomChana, nº 2, 1983, p. 5).

Para além da denúncia da opressão perpetrada pelo sistema patriarcal, o trecho questiona todos os tipos de dominação causadas por relações de poder injustas, arbitrárias e violentas em diversos âmbitos sociais e culturais.

Um outro exemplo de texto desta categoria é o “Depoimento 1”, em que a autora fala sobre sua autodescoberta e como os preconceitos sociais internalizados por ela afetaram diversos pilares da saúde mental.

[...] Analisávamos (e ainda analisamos) as instituições vigentes (família, Estado, escola, casamento, entre outras) que direta ou indiretamente nos atingem quanto a suas normas autoritárias, onde a regra é a heterossexualidade e o domínio do homem. A partir disso, noções quanto a homossexualidade ser doença, desvio, anormalidade ou imaturidade sexual também foram sendo cada vez mais desmistificadas e percebidas como um dos frutos da heterossexualidade “obrigatória”, hoje padrão social de sexualidade. Mas quem é que determina o que é certo ou errado? Quais interesses escondem?

Hoje percebo que a culpa, a repressão afetiva e sexual, atrapalharam muito o meu crescimento e o desenvolvimento dos meus envolvimentos afetivos em geral. No início, a minha autoestima estava baixa, sentia vergonha do meu corpo e quase não conseguia falar sobre sexualidade: ficava logo vermelha quando tocavam no assunto e o “pior” é que se falava constantemente sobre o tema. Em geral, matinha-me rígida e tímida[...]. (ChanacomChana, nº 3, 1983, p. 8).

Conforme o relato acima explicita, o discurso heteronormativo é utilizado para dominar e proibir as pessoas de desviarem da norma no âmbito individual e psicológico. Os danos vão além do desenvolvimento emocional e afetivo das pessoas LGBTQIAPN+ e afetaram a percepção que a autora tinha de si mesma e do próprio corpo.

3.1.6 Luta de classes

A categoria “**luta de classes**” tem o menor número de textos, em comparação com as demais, totalizando quatro. Porém, ela é responsável por refletir o início da separação entre o movimento feminista e a luta de classes.

Nesta categoria, estão listados os textos que buscavam argumentar que a luta de classes e um outro sistema econômico, como o socialismo ou o comunismo, não necessariamente, traziam um ambiente menos preconceituoso em relação às questões de gênero e sexualidade. Entre as publicações, uma matéria, que foi veiculada na seção de “Informes”, mostra como era a vida de mulheres lésbicas em países socialistas.

O socialismo parece ter resolvido o problema do desemprego (é até crime não conseguir um) mas, as mulheres continuam ganhando menos que os homens porque desempenham “tarefas de mulher” e a política sexual do

governo é baseada na alegria da família nuclear. Assim sendo, é praticamente impossível, para uma pessoa solteira ou homossexual, conseguir um apartamento, assim como arranjar uma namorada (o) pode levar anos. (ChanacomChana, nº 3, 1983, p. 12).

Mesmo em uma organização econômica diferente, as estruturas governamentais ainda oprimiam as pessoas, por meio de regras financeiras, como forma de conduzi-las ao casamento heterossexual, uma vez que o casamento homossexual também não era reconhecido nesses países.

Os textos sobre o tema foram publicados desde o ChanacomChana nº 2 até o nº 5, em formatos diferentes. Em um deles, por exemplo, a luta de classes e a relação com o feminismo é tópico de uma entrevista.

GALF: Mas o partido tem uma estrutura hierárquica, de divisão do trabalho: os que pensam e os que fazem, enfim, uma estrutura masculina, onde no socialismo, os homens pobres e de classe média substituem a burguesia no poder. Você acha que o socialismo que a gente vê por aí, como na Rússia e na China, por exemplo, liberta a mulher?

Associação das donas de casa: Não liberta se a mulher não se libertar. Não adianta você mudar o sistema, se as mulheres não vão se libertar. É a mesma coisa com a classe operária, não adianta esta classe tomar o poder, se os operários não mudarem a cabeça deles. (ChanacomChana, nº 2, 1983, p. 10).

Já em uma outra entrevista, dada originalmente para a revista Connection, dos Estados Unidos, e traduzida para o ChanacomChana nº 5, a vida de mulheres lésbicas em países socialistas é a temática central.

Em um outro exemplo, uma publicação, defende abertamente que os grupos feministas não devem ter relações com os partidos políticos para que, dessa forma, seja possível manter a autonomia do movimento.

Os partidos políticos, na minha opinião, estão neste esquema, uns reproduzem mais os valores dominantes, outros reproduzem menos, mas as velharias básicas permanecem: a estrutura hierárquica, a falta de democracia interna, o machismo, a vontade do poder. A experiência histórica dos países socialistas demonstrou até agora o fracasso dos partidos, da ditadura do proletariado ou sobre este. O que ficou claro é que um canal que reproduz valores opressivos não pode construir uma sociedade não opressiva. (ChanacomChana, nº 4, 1983, p. 6).

Os textos são um reflexo do que acontecia no movimento feminista e no movimento homossexual. As feministas perceberam que a organização dos partidos políticos ainda era embasada em estruturas e relações de poder, da mesma forma

que o sistema patriarcal. O GALF buscava se organizar “sem lideranças, sem vanguardas e sem elites” e esse foi um dos motivos que também afastou o grupo dos movimentos político-partidários.

3.2 ChanacomChana e jornalismo emancipatório dentro do movimento feminista e LGBTQIAPN+

A análise dos conteúdos do ChanacomChana mostra a importância do boletim para a população LGBTQIAPN+, ele traz conteúdos que as mulheres lésbicas brasileiras, nos anos 1980, ao abrir o boletim, conseguiam se identificar. Além da identificação, havia informações sobre saúde física e mental, sobre o mercado de trabalho, política, sexualidade, entre outros diversos temas. Ele também oferecia a possibilidade de estas mulheres adquirirem mais conteúdos por meio de livros e artigos acadêmicos, os quais podiam ser xerocados. Além disso, elas eram convidadas a participar de um espaço de discussão no GALF.

O ChanacomChana também mostrou-se um espaço onde as mulheres lésbicas também conseguiam publicar seus depoimentos, opiniões, poesias e sentimentos. O boletim também era um canal para aquelas que, mesmo fora da cidade de São Paulo, podiam trocar cartas e conhecer outras mulheres lésbicas, seja para relacionamentos amorosos ou para amizades.

Para além da lesbianidade, exclusivamente, o ChanacomChana trazia informações para a população LGBTQIAPN+ de maneira geral, como por exemplo, textos informativos sobre AIDS, leituras sobre a Constituição e outras leis a partir do viés da homossexualidade, entre outros conteúdos. As publicações do boletim também reivindicavam que a homossexualidade, em geral, não fosse considerada doença e publicava conteúdos sobre saúde mental de pessoas LGBTQIAPN+.

Também é importante relembrar que, durante os anos em que o ChanacomChana foi publicado, o GALF, juntamente com alguns outros grupos homossexuais, manteve a subsistência do Movimento Homossexual no Brasil, que passava por dificuldades devido à AIDS e à recessão (Batista, 2020, p. 34). O ChanacomChana foi um meio de divulgação dos grupos ainda existentes e das pautas e reivindicações do Movimento Homossexual na década de 1980.

Em relação ao jornalismo emancipatório, o ChanacomChana demonstra essas características em seus conteúdos, ao buscar desconstruir, por meio de textos

de contrainformação, os discursos do patriarcado sobre os papéis de gênero e os padrões sexuais. As publicações do boletim explicitam a maneira de organização das estruturas sociais e sugerem outras disposições sociais e de relacionamentos que não estejam constantemente competindo por poder.

Os conteúdos também reivindicam a superação da opressão exercida pelo Estado, por meio das leis, por exemplo. O boletim discute e pleiteia o reconhecimento, na Constituição, de que pessoas LGBTQIAPN+ são indivíduos, têm direitos e devem ser respeitadas.

Para além dos sistemas vigentes no Brasil à época, o ChanacomChana também explicita as estruturas de opressão à mulher e aos homossexuais em países que vivem em sistemas econômicos diferentes, como o socialismo. A publicação busca a superação da dominação do homem sobre a mulher em todos sistemas e países.

O boletim ainda abre espaço para outras formas de feminismos, além daquele realizado por mulheres brancas de classe média, ao entrevistar, por exemplo, a Associação das Donas de Casa. Enquanto algumas feministas e alguns feminismos falavam em nome das mulheres de classes mais vulneráreis, o ChanacomChana entrevistava diretamente essas mulheres, como no na publicação com Cida Kopcak, da Associação das Donas de Casa:

[...] Existe uma outra Associação, que é do pessoal da burguesia, da Marlene Carmo. Gostam de fazer pão em casa, ela acha que dá pra resolver o problema do pão e do leite que estão muito caros, fazendo-os em casa. A gente não, a nossa associação é mais reivindicativa, dá informação para a mulher. Em vez de fazer pão em casa nós queremos que o pão abaixe. [...] As feministas, aí é que está. Há um grupo de mulheres que se assumem feministas e que no meu modo de ver não são. Elas falam em nome de um monte de “mulherada” mas na realidade não representam estas mulheres. Elas dizem que não podem falar sobre lesbianismos porque o pessoal do bairro não aceita isto. Mas estas feministas que são contra, que não põem isto no programa, elas praticam entre elas. [...] Você sente que elas falam em nome de mulheres que elas nem sabem quem são [...]. (ChanacomChana, nº 2, 1983, p. 6 e 7).

A própria relação entre o feminismo e o lesbianismo vivida pelo grupo que publicava o ChanacomChana traz uma interseccionalidade. Como o trecho e diversos outros textos do boletim demonstraram, o GALF não tratou nas publicações somente de vivências da lesbianidade e sempre propôs diálogo com pessoas que viviam diversas outras realidades e sofriam opressões diferentes.

O boletim também discute, mesmo que de maneira breve, outras interseccionalidades dos feminismos e lesbianidades com, por exemplo, o movimento negro. Ao narrar a Conferência Lésbica em Genebra, Martinho toca nas relações entre o feminismo e a lesbianidade negra e latinoamericana.

[...] Havia mulheres de várias nacionalidades e raças e não foi de estranhar, considerando o mundo em que vivemos, que logo surgisse um conflito. Inadvertidamente (!?) uma mulher branca levantou-se para falar quando a mesa, formada pelas integrantes do ILIS, perguntou à plenária se havia alguém da África do Sul, o que provocou a ira (mais que justa) das lésbicas negras. A partir desse incidente, principiou-se uma confusão onde tudo aquilo que nos separa (a saber, o racismo, o classicismo, o etnocentrismo) veio à tona, deixando claro o quanto ainda temos que discutir para podermos trabalhar juntas. Por exemplo, as lésbicas negras passaram a protestar inclusive contra o uso da palavra negro que, em português e, pelo que me disseram, em espanhol também, não tem a mesma conotação pejorativa que a palavra “nigger”, em inglês o equivalente ao nosso “preto ou macaco”. Fazê-las entender que também é uma forma de racismo (de 1º mundismo, no caso delas) projetar nossas realidades sobre as realidades de outras culturas, não foi uma tarefa fácil [...]. (ChanacomChana, nº 10, 1986, p. 22).

Em um breve relato, o ChanacomChana evidencia a necessidade de se discutir a interseccionalidade das opressões, seja no movimento feminista, no movimento LGBTQIAPN+, no movimento negro ou no diálogo com pessoas de diferentes culturas. Para desestabilizar os amadores de fórmulas simples, conforme afirmam Lago, Kazan e Thamani, parafraseando Simone de Beauvoir (1980), é preciso desenvolver a interseccionalidade para explicitar as muitas possibilidades de composição de narrativas dos sujeitos sobre si e sobre o mundo (2018, p. 6).

CONCLUSÕES

O ChanacomChana traz em seus conteúdos representações de feminismos e interseccionalidades com outros movimentos que, de maneira geral, não têm espaço nas publicações e discursos midiáticos. Isso porque a própria relação entre o feminismo e a lesbianidade já representa uma interseccionalidade.

Até mesmo, a bibliografia utilizada neste trabalho, apesar de importante para contextualizar algumas questões de forma didática, não abrange todos os feminismos praticados na América Latina e no Brasil entre os anos de 1970 e 1980. Uma das hipóteses para que a interseccionalidade não seja tão abordada é a inexistência de referencial teórico (Lago, et. al, 2018, p. 12). O boletim em si, como mostrado anteriormente, ainda é pouco estudado no campo jornalístico.

Esses fatos explicitam a relevância dos conteúdos do ChanacomChana, tanto para o contexto em que ele foi publicado, como para os estudos a serem desenvolvidos nos dias atuais. Os textos desconstroem os discursos patriarcais, por meio da contrainformação, de forma aberta e direta, tornando possível pensar a reconstrução das estruturas sociais e das relações de uma forma menos opressiva, dominadora e violenta.

Ainda na intersecção com o movimento feminista, o boletim registrou em suas páginas um dos momentos históricos vividos pelas feministas: o início da cisão com os partidos político-partidários e da autonomia do movimento. A separação dos partidos também representou, para as feministas, uma negação das relações de poder e da opressão vividas nesses espaços, que rejeitavam as questões de gênero e sexualidade apontadas por estas mulheres.

O ChanacomChana defendia que somente a pauta da luta de classes não poderia proporcionar menor opressão para as mulheres, principalmente as lésbicas. Até mesmo em um movimento que buscava desestruturar as estruturas do sistema econômico existente na época, o boletim demonstrou a importância de se demandar o máximo possível de superação das dinâmicas de dominação para além das propostas dos movimentos de esquerda.

Em relação à importância do boletim para a população LGBTQIAPN+, os conteúdos evidenciam a negligência das organizações governamentais na proteção e na efetivação dos direitos dessas pessoas. O ChanacomChana lutava pelo

cumprimento dos direitos dessa população e também pela ampliação deles e pela criminalização formal da homofobia.

Além disso, o boletim foi um dos mantenedores da imprensa e do movimento LGBTQIAPN+ durante a década de 1980. Suas publicações traziam informações sobre saúde, política e sobre as lutas travadas pelo movimento, de forma geral, no mundo todo.

Para as mulheres lésbicas, mais especificamente, o boletim tornou-se um espaço de expressão de suas individualidades, de acolhimento dos sentimentos experienciados exclusivamente na lesbianidade e de identificação com outras mulheres que tinham a oportunidade de publicar no jornal.

Os conteúdos do ChanacomChana reivindicavam direitos para mulheres e para pessoas LGBTQIAPN+, enquanto as mulheres que os publicavam sofriam preconceitos em ambos os grupos. O primeiro não considerava que lésbicas eram mulheres e, muito menos, feministas. O segundo as oprimia por serem mulheres. Os textos do boletim trouxeram a possibilidade para que as lésbicas reivindicassem direitos enquanto mulheres e enquanto homossexuais. O ChanacomChana cria um novo espaço para mulheres lésbicas e uma nova possibilidade de atuação dentro dos dois movimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Paula Évelyn Silveira. **Trajetória da imprensa lésbica no Brasil (1981-1985): uma história possível para (re)pensar o jornalismo.** Dissertação (Mestrado em jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3163>. Acesso em: 5 de novembro de 2024.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BASÍLIO, Raíssa. Mulheres lésbicas relatam negligência de médicos em atendimentos ginecológicos. Folha de S. Paulo, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/08/mulheres-lesbicas-relatam-negligencia-de-medicos-em-atendimentos-ginecologicos.shtml>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

BATISTA, Letícia Emilia. **Chanacomchana: um sopro do lesbianismo paulista nos anos de 1980.** Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/23360/4/Let%C3%adcia%20Em%C3%adlia%20Batista.pdf>. Acesso em: 04 de novembro de 2024.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 0. Janeiro de 1981.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 1. Dezembro de 1982.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 2. Março de 1983.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 3. Maio de 1983.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 4. Setembro de 1983.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 5. Maio de 1984.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 6. Nov/dez/jan de 1984 e 1985.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 7. Abril de 1985.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 8. Agosto de 1985.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 9. Dez/jan/fev de 1985 e 1986.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 10. Setembro de 1986.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 11. Out/nov/dez/jan de 1986 e 1987.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição n. 12. Maio de 1987

CARDOSO, Elizabeth da P. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-17052004-165710/pt-br.php>. Acesso em: 19 de agosto de 2024.

EDDINE, E. A. C.; SENA, A. de J.; RODRIGUES, J. E. de A. G.; LIMA, T. R. C. **As mídias alternativas ChanacomChana e Lampião da Esquina: uma trajetória de resistência, identidade e visibilidade**. Revista Research, Society and Development, [S. I.], v. 10, n. 3, p. e18010313233, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13233>. Acesso em: 5 de novembro de 2024.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

LAGO, Cláudia; KAZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. **Jornalismo e Estudos de Gênero: e a interseccionalidade, onde está?** 41º Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Joinville, 2018. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003028415.pdf>. Acesso em: 19 de novembro de 2024.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição n. 12. Maio de 1979.

LESSA, Patrícia. **Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do Boletim Chanacomchana**. Revista Gênero. Niterói. v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30925/18014>. Acesso em: 27 de agosto de 2024.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: Editora Edufba, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yn5sj/pdf/macrae-9788523219987.pdf>. Acesso em: 5 de novembro de 2024.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. **Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação**. Revista Famecos. Porto Alegre, v. 23, n. 2. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/22464/14180>. Acesso em: 19 de novembro de 2024.

MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; TESSER JÚNIOR, Zeno Carlos; KOVALESKI, Douglas Francisco. **Homofobia e os socialistas brasileiros em “O Lampião da Esquina” (1978-1981)**. Revista Estudos Feministas, 26 (3). Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NHyRMqvnbKvtHqbMPPJVRV/?lang=pt#>. Acesso em: 5 de novembro de 2024.

OLIVEIRA, Dennis. **Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire**. São Paulo: Editora Appris, 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Blackwell, 1990.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. **Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política**. In: Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Anais, Florianópolis, 2010.